

PCdoB chega ao 10º Congresso fortalecido e em expansão

O Partido Comunista do Brasil chega ao seu 10º Congresso, cuja plenária final acontecerá de 9 a 12 de dezembro, no Rio Centro, com um crescimento de mais de 75% em relação ao congresso anterior, realizado há quatro anos. Registra um número maior de organizações de base, uma atividade permanente de filiação e inclusive a adesão de lideranças políticas importantes, como um deputado estadual no Piauí, um deputado estadual e um prefeito em Pernambuco, além de vários vereadores (foram eleitos 150 em 2000, tendo 170 atualmente).

É um partido com presença destacada na luta contra o neoliberalismo e opositor conseqüente ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Tem atuação perseverante na busca da unidade das oposições e na formação da frente única opositora. Nas entidades de massas, sua ação busca a constante politização do movimento.

A atuação do Partido leva um projeto único para todas as frentes: no Executivo, no Parlamento ou no movimento popular, os comunistas defendem o programa

socialista, a mudança de qualidade na vida política brasileira. Nos anos mais recentes, tem tido experiência ampla e diversificada em cargos de governo, com secretarias estaduais e municipais (inclusive em São Paulo, a maior cidade da América Latina), além de ter eleito o vice-governador do Piauí, prefeitos e vice-prefeitos. Como organização marxista-leninista, vê no proletariado a força motriz básica do processo revolucionário e estuda como melhor se enraizar na classe operária.

Na sua atividade internacionalista, participa do Fórum de São Paulo (organização multipartidária latino-americana) e amplia e fortalece relações com partidos comunistas, revolucionários e progressistas de todo o mundo.

Ciente de que deve ampliar ainda mais sua capacidade de intervenção política, em seu 10º Congresso o Partido Comunista do Brasil é uma força em expansão.

Leia nas páginas 3 e 4 notícias sobre conferências estaduais do Partido e o encarte especial com as propostas de resolução que serão analisadas na plenária final do 10º Congresso.

FHC gera violência no Congresso Nacional

LUIZ CARLOS ANTERO

O presidente Fernando Henrique determinou que os parlamentares governistas aprovassem a qualquer custo um ataque letal à Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, barrando, à base da violência, a entrada do povo no Congresso Nacional, no dia 21 de novembro, que incluiu convidados da própria Câmara dos Deputados à Conferência Nacional de Educação. Deputados apanharam da Polícia da Câmara.

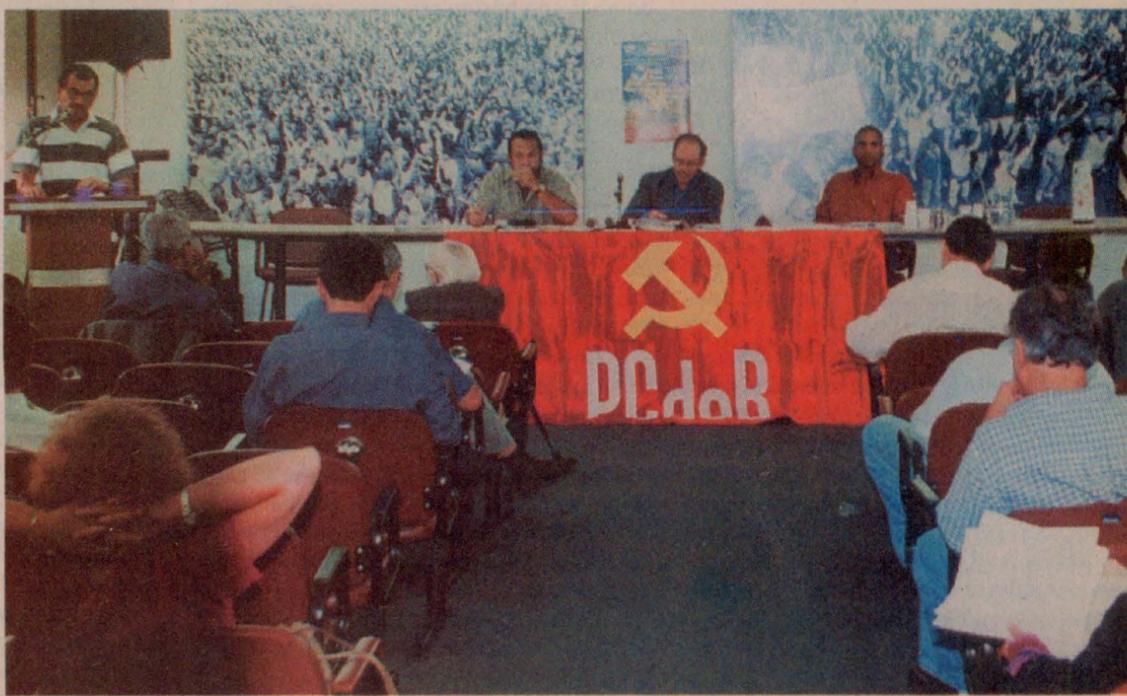
FHC defende também abertura dos meios de comunicação ao capital estrangeiro, apoiando projeto que tramita no Parlamento. O projeto altera o artigo 222 da Constituição e permite que grupos estrangeiros e pessoas jurídicas sejam sócios, adquirindo até 30% de seu capital total e votante.

O presidente mandou seu ministro da Educação, Paulo Renato Souza, jogar duro com os professores universitários em greve: só paga o salário de outubro, retido, aos professores que retornem ao trabalho. E o ministro, temendo as seqüelas pessoais pela desobediência da determinação judicial que obriga ao repasse salarial, foi claro: a decisão sobre o pagamento "não cabe mais ao MEC e sim ao governo federal".

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) encaminhou uma petição ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando enquadrar a ditadura civil que não cumpre a lei. Não foi o caso dos servidores previdenciários, que, vitoriosos, terminaram a greve com a criação da carreira previdenciária, uma gratificação de desempenho e um aumento de 11,5% no salário base previsto num acordo.

A vigorosa reação da sociedade, dos sindicalistas e dos próprios deputados opositores gerou um autêntico ambiente de guerra, que provocou o adiamento das votações. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) protestaram contra a decisão da Presidência da Câmara dos Deputados de barrar a presença de manifestantes durante a discussão da proposta de alteração da CLT.

Mesmo o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, argumentou que o mercado de trabalho brasileiro tem uma demanda 1,6 milhão de empregos para receber a força de trabalho jovem, considerando que "é inimaginável que se cogite (num mercado como o brasileiro) a flexibilização do direito do trabalho".



Comitê Central discute propostas de resoluções a serem levadas à Plenária do 10º Congresso

Perspectivas de grandes vitórias!

JOÃO AMAZONAS*

O Partido Comunista do Brasil vive a fase mais destacada e produtiva de seus 80 anos de existência. Neste último período, elegemos um vice-governador, temos dois prefeitos em Pernambuco, dois vice-prefeitos de capitais (Recife/PE e Aracaju/SE), 10 deputados federais, 11 deputados estaduais e 170 vereadores. Há vários anos os comunistas participam da direção da Central Única dos Trabalhadores e da Confederação Nacional de Associação de Moradores. Participam também da direção do movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Estamos nos preparando para um salto de qualidade em nossa atividade e, nas eleições do próximo ano, deveremos alcançar vitórias ainda maiores. Neste contexto, a eleição da nova direção partidária é essencial para vencermos os obstáculos que se apresentam.

Chegar ao atual patamar não foi fácil. Em especial em 1962, quando reorganizamos o Partido. Qualquer pessoa diria que estávamos realizando uma obra de loucos! Nós tivemos de enfrentar o maior representante do comunismo no Brasil, que era então Luís Carlos Prestes. O próprio dirigente da União Soviética, Nikita Krushchev, atacou, em uma entrevista, o camarada Maurício Grabois e a mim, afirmando que éramos divisionistas. Mesmo assim enfrentamos os que abandonaram



o marxismo-leninismo. Logo depois, a partir de 1964, nos defrontamos com 21 anos de ditadura militar brutal, sanguinária. Muitos camaradas foram assassinados, como Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Luís Guilhardini e Lincoln Oest. Atravessamos momentos muito difíceis. Nesse período, quando foi necessário, recorremos às armas para lutar pela liberdade, como no caso heróico da Guerrilha do Araguaia, onde um grupo de combatentes enfrentou com bravura e generosidade as tropas militares governamentais. Participamos também de outras formas de luta, no movimento popular e nos pleitos eleitorais. Em todos os campos de batalha, mantivemos alta a bandeira do socialismo, a luta por uma nova sociedade sem explorados e exploradores.

O Partido não foi destruído. Tem crescido e ampliado sua influência. Por que isso acontece? Porque o Partido Comunista advoga posições corretas e expressa interesses, de curto e longo prazo, das camadas trabalhadoras de nosso país e porque não abre mão desses ideais. Os comunistas tampouco se deixaram levar por ondas liquidacionistas, como as rechaça até hoje. A defesa do Partido é questão essencial.

Nesse período, eu e vários outros companheiros assumimos a direção do Partido. Não era um posto de honra, mas os dois foram por exercê-lo. Mas estávamos convencidos de que defendendo

as idéias certas, as propostas corretas, os resultados viriam, como têm vindo.

Mas no Partido não existem cargos vitalícios. Escapei de perseguições, sobrevivi e fiquei à frente do Partido durante cerca de 40 anos. Creio que cumpri o meu papel. Mas é o momento de mudar, de substituir o presidente do Partido. É hora de pedir que não me indiquem para continuar no cargo de presidente nacional do Partido Comunista do Brasil. Exerci o cargo com muita honra e com o apoio dos camaradas. Mas é hora de ser substituído.

Dentro de algumas semanas, vou completar nove décadas de vida. Uma vida difícil, que levou a um grande desgaste físico. Proponho a minha substituição e apóio a eleição de Renato Rabelo como novo presidente do Partido.

É necessário que vejamos esta substituição com muita tranquilidade. O Partido tem perspectivas de grandes vitórias pela frente. Muitos quadros novos estão surgindo, companheiros abnegados. O que falta de experiência e de teoria aprende-se na prática e no estudo.

Quero dizer, ainda, que não penso em aposentadoria. Espero morrer na minha posição de luta, no meu posto de trabalho. Vou continuar o desenvolvimento de minha atividade comunista. Até o último de meus dias, serei militante do Partido Comunista do Brasil.

*presidente do PCdoB, pronunciamento realizado na reunião do Comitê Central preparatória do 10º Congresso do Partido, 17/11/01

PCdoB

Mens@gens

Ricardo R: É com apreensão que vejo as notícias diariamente relatarem o flagrante abuso de poder bélico e econômico dos EUA para continuar a sua maldosa expansão econômica e territorial. Fico cada vez mais indignado com a "resposta ao terrorismo" que usa os mesmos métodos dos terroristas, os EUA são somente o outro lado da moeda!

Anderson P: O que os jovens estão esperando neste momento é só um sinal de um líder de um movimento para sairmos todos às ruas e gritarmos também "NÃO À GUERRA!"

Daniela F: Até que ponto chegarão os EUA em sua estratégia de vingança? Os pobres afegãos já não têm para onde fugir, pois suas cidades que antes estavam em ruínas, agora estão completamente destruídas.

Elói S: Os EUA demonstram sua tendência imperialista, onde desmerecem o direito dos homens de todo mundo de viver e existir dignamente. Quanto aos ataques ao Afeganistão, nos resta lamentar e manter firme o repúdio pelos atos terroristas deste país deveras capitalista.

Maria A: Parabéns ao PCdoB pela corajosa manifestação, através da TV, contrária aos ataques ao Afeganistão. Gostaria que avaliassem também a possibilidade de se denunciar a entrega de nossa base de lançamento de foguetes em Alcântara, no Maranhão, aos EUA.

Maria A: Caro Sr. João Amazonas, não poderia deixar de parabenizá-lo pela sua reportagem - "Não dar tréguas à política antipovo de FHC". O texto referente à absurda guerra USA/Inglaterra x Povos do Terceiro Mundo foi um dos poucos, que com poucas e claras palavras, sintetizou tudo o que está acontecendo. Aliás está difícil de encontrar reportagens com textos fáceis de entendimento.

Daniel V: Prestem atenção no que estou dizendo: esta guerra vai ser violenta, e além dela possivelmente durar décadas (mesmo que no escuro) poderão ser usadas, por ambos os lados, armas de destruição em massa.

Vinni C: Está na hora de mostrarmos a nossa insatisfação contra os atos de terrorismo estadunidense, vamos nos manifestar e mostrar que os EUA, por serem a maior potência, não têm o direito de sair metendo bala em qualquer um, enquanto não mostrarmos que somos contra eles, continuarão a fazer o que querem.

Nilson B: Gostaria de saber se em minha cidade existe diretório do PCdoB, e, no caso negativo, como faço para criá-lo.

Wagner F: Tenho uma grande simpatia pelo povo cubano, e estou interessado também, independente desta simpatia, em me filiar ao Partido.

Roberto M: Sou um comunista de coração, não concordo com a política atual de nosso governo, nem dos grandes líderes mundiais que só exploram os países pobres. Sonho com uma nação, um mundo mais fraterno, mais socialista.

Ricardo J: Sou PCdoB e com certeza vamos chegar lá.

Igor O: Sou um jovem de 21 anos, e

me identifico com a ideologia do Partido.

Maurício J: Solicito que enviem informes. Quero ajudar aqui na cidade.

Dimitri V: Venho trabalhando para que o PCdoB fosse uma realidade nesta cidade já há alguns anos e hoje sinto-me feliz a ponto de querer dividir isso com meus camaradas: hoje o PCdoB não só é realidade como já conquistou seu espaço e está crescendo.

Vícto U: Sou do PC da Argentina e quero um contato para poder me integrar ao movimento.

Igor S: Continuemos a luta companheiros !!!! O Brasil depende de nossa luta.

Rafael C: Tenho uma amiga interessada em se filiar, porém ela me pediu algo como os Estatutos do Partido, filosofia partidária etc...

Júlio: O Partido está certo ao abandonar a histeria reinante e voltar aos ideais que desde o princípio nortearam nossa luta.

Lucas F: Tenho 16 anos e me interesso muito pela causa socialista. Gostaria de participar de palestras ou reuniões do Partido.

Edson C: Venho parabenizá-los pelo programa exibido no horário eleitoral na última semana.

Alcinei S: Fiquei muito entusiasmado ao ler o jornal do Partido. Ele me transmitiu coragem e até determinação.

Maria B: Gostei muito da página do Partido, apesar de não ser filiada. Parabéns pelo projeto, quem ganha com isso é o povo.

José S: Fiquei com espírito renovado e cheio de esperanças (de que um dia tudo isso possa mudar), saí muito mais confiante e feliz por ter tomado a decisão certa (de ter me filiado).

Vitor C: Acho o PCdoB um ótimo partido!

Juliana L: Tenho 18 anos e achei super legal a proposta do PCdoB. Acho que a solução para o Brasil é o socialismo!

Ezau B: Queria pedir que vocês divulgassem mais sobre o comunismo. As pessoas pensam que o comunismo é um monstro de sete cabeças, e na verdade não é. O comunismo só pensa em uma sociedade perfeita.

Naercio: Sou grande admirador de seu Partido. Quero pedir-lhes algumas informações para um trabalho de filosofia: Proposta ou doutrina do partido; tipo de ideologia; nascimento do Partido (como e quando surgiu); desenvolvimento do Partido; atual situação do Partido no plano nacional; quais seus principais líderes.

Otávio M: Gostaria de saber um pouco sobre a lei de responsabilidade fiscal e também gostaria de receber uma indicação de um livro que fala sobre a Guerrilha do Araguaia.

Sérgio E: Gostaria de receber do PCdoB notícias e estudos políticos e informações sobre a UJS.

Débora M: Gostaria de receber material sobre o movimento sindical na primeira República e sobre o Bloco Operário e Camponês, para realização de trabalho sobre o assunto.

Luiz F: Eu gostaria de saber em que consiste a agricultura comunista.

Respostas às perguntas mais frequentes

PCdoB – quais foram os 9 congressos do Partido?

Ao longo de seus quase 80 anos de existência, o Partido Comunista do Brasil realizou 9 congressos. A fundação do Partido ocorreu na clandestinidade, pois o país estava sob Estado de Sítio. Entre um congresso e outro, foram realizadas várias conferências nacionais, algumas de importância histórica, como a 2ª, realizada na Serra da Mantiqueira, e a conferência de 1962, que retomou o nome "Partido Comunista do Brasil". Estes foram os congressos do Partido Comunista do Brasil:

Em 25, 26 e 27 de março de 1922, representando 72 adeptos de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Cruzeiro (SP), Niterói e Rio de Janeiro (grupos de Santos/SP e Juiz de Fora/MG não puderam enviar representantes), o alfaiate nascido na Espanha, Manuel Cendon, o barbeiro Abílio de Nequete (nascido Abdo Nakt, no Líbano), o jornalista Astrojildo Pereira, o contador Cristiano Cordeiro, o gráfico João da Costa Pimenta, o sapateiro José Elias da Silva, o alfaiate Joaquim Barbosa, o vassoureiro Luís Peres e o electricista e ferroviário Hermogênio Silva realizaram o 1º Congresso, de fundação do Partido Comunista do Brasil, no Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução Socialista Russa de 1917. O Congresso foi realizado na clandestinidade, e só divulgado em junho de 1922. Nos Estatutos aprovados foi indicado que o Partido Comunista do Brasil "tem por fim promover o entendimento, a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe, para a conquista do poder e consequente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista".

De 15 a 18 de maio de 1925 o Partido Comunista realizou seu 2º Congresso. Os 17 delegados presentes reelegeram a direção partidária. Por orientação do Congresso, o PC divulgou uma mensagem aos "9 milhões de trabalhadores das regiões interiores do Brasil" declarando seu apoio à luta dos camponeses pela terra. A divulgação dos posicionamentos do Partido, em especial do jornal **A Classe Operária**, lançado no dia 1º de maio de 1925, foi intensificada – pouco depois, três militantes comunistas foram expulsos do país por divulgarem literatura marxista.

O 3º Congresso do Partido Comunista ocorreu de 29 dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929, e aprovou as atividades do Bloco Operário-Camponês, integrado por distintas organizações proletárias e que participou de campanhas eleitorais e objetivava a unificação das lutas dos trabalhadores. Nas eleições de 1928 dois comunistas foram eleitos vereadores no Rio de Janeiro, através do Bloco Operário-Camponês. Os 31 congressistas manifestaram-se pelo confisco das terras e sua entrega aos camponeses, pela liquidação das "condições semi-escravas" e dos restos feudais no campo. Foi discutida a necessidade de fortalecer a luta contra o fascismo. Os comunistas consideraram que a origem das tendências fascistas no Brasil vinham da "reação interna e da penetração imperialista".

Mas o fascismo se abateu sobre o mundo e o Brasil. Os comunistas foram duramente perseguidos, o Partido praticamente destruído. Somente depois de reorganizado na Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, o Partido realizou o seu 4º Congresso, que teve início em 7 de novembro

de 1954, no Rio de Janeiro, novamente na clandestinidade – os mandatos dos parlamentares comunistas e o registro do Partido foram cassados sob o governo do general Eurico Gaspar Dutra. Este Congresso aprovou o primeiro Programa do Partido Comunista do Brasil, onde denunciava que "os imperialistas norte-americanos penetram em todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, humilhando nosso povo, minando a independência e a soberania da nação, com o objetivo de reduzir o Brasil à situação de colônia dos EUA".

Em 1960 aconteceu o 5º Congresso. A linha política adotada privilegiou a atuação junto às elites governistas. A nova direção eleita, da qual foram afastados vários dos que reorganizaram o Partido na Conferência da Mantiqueira, mudou, após o congresso, o nome do Partido (para "Partido Comunista Brasileiro"), adotou novos Estatutos que abandonavam a referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário (solidariedade com a luta dos trabalhadores de todo o mundo), dentre outras alterações de fundo. Um grupo de 100 comunistas, liderados por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, reorganizou, numa Conferência Extraordinária, em 1962, o Partido Comunista do Brasil, retomando o antigo nome e as tradições do movimento revolucionário do país. A ditadura militar ensanguentou o Brasil a partir abril de 1964, e as perseguições aos comunistas e democratas assumiu proporções nunca vistas. As prisões ilegais, torturas e assassinatos aos opositores tornaram-se a norma do regime militar.

O 6º Congresso do PCdoB foi realizado em 1983, logo após a conquista da anistia, numa conjuntura de luta pela democratização. Foi realizado na semiclandestinidade e fez o balanço da atividade comunista durante a ditadura militar, inclusive a análise da experiência da Guerrilha do Araguaia e da luta pelas bandeiras da "Anistia ampla, geral e irrestrita", "Fim dos atos e leis de exceção" e "Convocação da Constituinte democrática, livre e soberana". O Congresso também preparou o Partido para a retomada da legalidade.

O 7º Congresso ocorreu em 1988. O Partido, legal desde 1985, estava em expansão e crescimento. No plano mundial começava o fim da União Soviética. Foi examinada a reestruturação partidária na vida legal e desmascarados os objetivos anticomunistas da Perestroika russa e o papel de Mikhail Gorbachev.

O 8º Congresso, em 1992, reuniu-se numa conjuntura de crise profunda do socialismo e da teoria marxista-leninista, com partidos comunistas de vários países chegando à autodissolução. O PCdoB analisou a experiência soviética e voltou-se mais para a realidade e as especificidades brasileiras. Foi adotado um novo programa do Partido, de luta pelo socialismo. O Brasil vivia o começo da aplicação do neoliberalismo, iniciada pelo governo de Fernando Collor e depois retomada e desenvolvida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 1995 o Partido realizou sua 8ª Conferência, quando aprovou o *Programa Socialista* para o Brasil.

O 9º Congresso deu-se em 1997, no apogeu da globalização neoliberal. Os comunistas concentram-se na construção de uma ampla frente visando derrotar o neoliberalismo e abrir caminho para o socialismo. Teve início a definição do tipo de partido revolucionário que é preciso construir, de princípios e feição moderna.

Nota de falecimento

Faleceu no dia 17 de outubro Rosane Montiel, ex-coordenadora do Centro de Documentação da Classe Operária nos anos 1989/1991, historiadora e mestre pela Universidade de São Paulo, cursando o doutorado na mesma instituição, professora da Universidade de Brasília. A causa da morte está ligada a um câncer que desenvolveu-se muito rapidamente a atingiu o cérebro. A equipe da Classe expressa seu pesar aos familiares e amigos de Rosane.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto, Rêny Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy. Administração: Francryse de Andrade Matarazzo. Assinaturas: Edilene F. Barbosa. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011 3106.0412
PCdoB na Internet: <http://www.pcdo.org.br> - Correio eletrônico: classeop@vento.com.br

PCdoB

Conferência de SP marca amadurecimento partidário

CLÁUDIO GONZALEZ

Grande, prestigiada e representativa, a Conferência Estadual do PCdoB/SP completou os debates do 10º Congresso no Estado com a aprovação das teses nacionais, o agendamento de um encontro para aprofundar o plano de estruturação do Partido no Estado e deu o primeiro passo para a definição do esquadrão eleitoral com o qual os comunistas irão trabalhar no pleito de 2002.

Tendo como presidente de honra o camarada João Amazonas, a Conferência Estadual – realizada nos dias 26, 27 e 28 de outubro – marcou mais uma etapa do crescente avanço do Partido no Estado. Mobilizou, em 125 cidades paulistas, mais de 6 mil filiados. Isso representa um crescimento de quase 50% em relação a 1997, quando o Partido reuniu 4.162 filiados durante o processo estadual do 9º Congresso do PCdoB.

O ato de abertura ocorreu no salão nobre da Câmara Municipal de São Paulo. Reuniu centenas de militantes e muitas personalidades

políticas, intelectuais e artistas. Entre as personalidades presentes estavam o senador Eduardo Suplicy e os deputados federais José Genoíno, Aloísio Mercadante (PT) e José Batochio (PDT), o presidente da Câmara, José Eduardo Cardoso (PT), os vereadores do PT Carlos Neder, Beto Custódio e Ítalo Cardoso. Os dirigentes do PDT Wellington Cantal e Therezinha Zerbini, Maria Elizabete Pereira, do PCB e Paulo Frateschi, presidente estadual do PT. Representantes de diversas entidades também compareceram, entre eles Emir Mourad, Michael Haradon e Gershon Knispel da Associação Shalom Salam Paz. O comandante da Guarda Municipal, coronel Josias, o procurador geral do município César Cordaro e o historiador Edgar Carone foram outros nomes de destaque a prestigiar o ato político.

A condenação da guerra imperialista promovida pelos EUA contra o Afeganistão e a necessidade de um novo rumo para o país foram pontos comuns dos discursos proferidos naquela noite. E afirmou-se de público a intenção

Bahia, participante ativa do 10º Congresso

Em clima de unidade e entusiasmo, reunindo representações de 94 municípios, realizou-se nos dias 3 e 4 de novembro, em Salvador, a Conferência Estadual do PCdoB. Renildo Souza, relator da Conferência, sistematizou o resultado das discussões nos grupos e colocou em votação as propostas ali surgidas. Luís Carlos Sena, vereador em Itabuna, disse que “a participação na Conferência demonstra a importância que o militante tem dado para as ações de enfrentamento do projeto neoliberal e a existência de um entendimento sobre o papel de cada um no processo de busca de um novo rumo para o Brasil”.

Outro destaque foi a quantidade de militantes mobilizados: cerca de 3,5 mil. “O número resultou em mais de 73 delegados, o que coloca a Bahia como o terceiro Estado em termos absolutos”, avalia José Reinaldo Carvalho, representante do Secretariado Nacional na Conferência.

Uma das propostas aprovadas foi a de Olival Freire referendando a decisão do Comitê Estadual de lançar a candidatura do deputado federal Haroldo Lima ao Senado. Para Paulo Costa, presidente do PCdoB em Guanambi, “a Conferência foi o primeiro ensaio para grandes embates, principalmente o eleitoral de 2002. Aqui tivemos a idéia do que vai ser o Partido e seu projeto eleitoral daqui para a frente, com a candidatura de Haroldo Lima ao Senado, de dois candidatos a deputados federais e de uma chapa proporcional para a Assembléia”.

A diversidade de segmentos representados nesse encontro teve ótima repercussão. Edson Pimenta, presidente da Federação dos

Trabalhadores em Agricultura na Bahia (Fetag/BA) diz que “apesar da compreensão dialética das coisas, não podemos perder de vista o fato de que a divisão por setor ainda é um atrativo para chamar as pessoas para o Partido”.

Nesse sentido, o vereador da capital, Daniel Almeida, presidente PCdoB/BA ressaltou “o papel do movimento sindical, o crescimento na área rural, que é de grande significado, e ainda as áreas de juventude, de luta anti-racista e de movimento comunitário”. Já Helena de Souza Cruz, trabalhadora rural em Lençóis e secretária de mulheres trabalhadoras rurais da Fetag/BA apontou “a participação dos trabalhadores rurais, que vieram de várias regiões do Estado. Isso mostra que eles estão contribuindo para o crescimento do Partido através de suas bases”.

Marcando o final do encontro, deu-se a eleição, entre titulares e suplentes, de 61 nomes ao novo Comitê Estadual e 106 da delegação da Bahia ao 10º Congresso, que se realizará em dezembro, no Rio de Janeiro. Segundo a deputada estadual Alice Portugal, “a conferência baiana é uma participante ativa da agenda de construção do 10º Congresso, que marcará a trajetória do Partido nesse novo século, depois de atravessarmos quase um século de aprendizados que sem dúvida vão contribuir para a constituição de uma alternativa política para o país”. Haroldo Lima, considerou que “a conferência foi a maior já realizada no Estado, o que está de acordo com o clima de preparação do 10º Congresso Nacional, que também deverá ser o maior na história do PCdoB”.



Ato de abertura da Conferência Estadual do PCdoB em São Paulo

de unir PCdoB, PT, PDT, PSB e PCB para as próximas eleições ao governo de São Paulo.

Unidade nos debates

Além das teses nacionais ao 10º Congresso do PCdoB, os 6 mil comunistas de São Paulo também apreciaram o documento intitulado “Novos parâmetros para a ação política e construção partidária no Estado de São Paulo”, que faz um balanço da atuação do PCdoB-SP nos últimos dois anos e subsidia o planejamento da atuação do Partido para o próximo período.

Para Walter Sorrentino, presidente estadual do PCdoB, “a Conferência teve como marca um amadurecimento do Partido e de seus quadros, revelado no debate qualificado e na grande unidade política e ideológica”.

No balanço partidário ficou claro que o Partido paulista fez uma trajetória vitoriosa no último

período, mas que suas opções geraram custos e defasagens. Estes, somados a um novo quadro político, um pouco mais favorável para a esquerda, impõem ao Partido a definição de uma nova linha de acumulação de forças. O Partido pretende retomar, num patamar bem mais elevado, sua ação junto ao proletariado, como elemento fundamental para o projeto imediato e futuro do Partido no Estado e no País.

Encontro estadual

Inúmeros desafios no âmbito do Estado não puderam ser debatidos. Para preencher essa lacuna, foi aprovada uma resolução que convoca um Encontro Estadual a ser realizado em fevereiro. Este encontro terá como objetivo debater e aprovar o Plano Bial de Estruturação Partidária.

Sobre as eleições de 2002 foi aprovada uma resolução que “apresenta para debate, dentro e

fora do Partido, e sem prejuízo de eventuais alterações ao longo do percurso” a decisão de “enviar todos os esforços no sentido de constituir uma ampla aliança oposicionista, unindo PCdoB, PT, PDT, PSB, PCB e setores oposicionistas do PMDB, que se apresente com força para a disputa ao governo do Estado e forneça ampla sustentação à oposição a Fernando Henrique e a Alckmin, bem como outras forças políticas e candidaturas que representem a continuidade da aplicação do projeto neoliberal regional e nacional.”

A resolução também estabelece que o “PCdoB lutará pela eleição de no mínimo 3 deputados estaduais, aproveitando ainda esta batalha para expandir nossas posições no estado e dar sustentação ao projeto de eleger 2 federais”.

A conferência elegeu a nova direção estadual e os 149 delegados e 40 suplentes da bancada da plenária final do 10º Congresso.

PCdoB elege nova direção em Goiás

O Partido Comunista do Brasil realizou, nos dias 27 e 28 de outubro, a Conferência Estadual de Goiás, reunindo cerca de 300 delegados oriundos de 60 municípios. O evento, realizado na Câmara Municipal de Goiânia, teve na abertura a presença do governador Marconi Perillo; o secretário de Governo da Prefeitura de Goiânia, Osmar Magalhães; a secretária de Recursos Humanos da Prefeitura, Maria Aparecida Naves, representando a vice-prefeita de Goiânia, Linda Monteiro; o jornalista Pinheiro Sales, do diretório estadual do PT e um dos coordenadores do Movimento Goiano em Defesa do Brasil; e a diretora da CUT/GO, Helena Mendonça.

Os comunistas ressaltaram, no plano internacional, a importância da luta pela paz e o posicionamento contrário à guerra movida pelos Estados Unidos contra o Afeganistão. Também ficou evidenciada, em relação à conjuntura nacional, a possibilidade da oposição, sob a lide-

rança da esquerda, ganhar as eleições nacionais em 2002. O Partido resalta a necessidade de a oposição se unir já no 1º turno para derrotar o governo FHC.

Foi debatido o balanço das atividades do PCdoB nos últimos dois anos e resoluções para nortear a ação no próximo biênio. A avaliação considera que o PCdoB se fortaleceu, estando presente em 80 municípios. As resoluções também apontam para a importância da formação teórica e o estreitamento dos vínculos com as lutas dos trabalhadores e as lutas populares.

Em relação às eleições de 2002, em Goiás, o PCdoB considera que há duas possibilidades: a principal e mais viável é o lançamento de uma chapa da esquerda ao governo; a outra, com mais dificuldades de concretização, é o apoio à candidatura de Marconi Perillo à reeleição. O PCdoB analisou que a construção de um bom desempenho eleitoral em 2002. Tanto devido à vitória na

prefeitura de Goiânia quanto à situação nacional a ela favorável.

A Conferência elegeu o novo Comitê Estadual, composto por 33 efetivos e 7 suplentes, e ainda os 26 delegados que representarão Goiás no 10º Congresso Nacional do Partido.

Presença em Padre Bernardo

Através da luta pela reforma agrária, alguns dos recém-assentados do Projeto Boa Vista, em Padre Bernardo (GO), resolveram se filiar e fundar o Partido naquele Município.

Os novos camaradas trazem a experiência adquirida no MST. Foi eleito para presidente Leônidas Neves de Oliveira, que exerce uma grande responsabilidade no assentamento, liderando as atividades para conseguir benefícios para os assentados como financiamento para a construção das moradias, plantio, aquisição de tratores e equipamentos etc.

NACIONAL

Êxito na 11ª Conferência de Pernambuco – um ato para todos

PCdoB sai do governo do Maranhão

A 7ª Conferência Estadual do PCdoB do Maranhão decidiu que o Partido vai sair do governo do Estado, chefiado por Roseana Sarney. De acordo com a resolução aprovada, “é tarefa de todos os comunistas o empenho para o fortalecimento do PCdoB, para que possa ajudar a criar uma alternativa democrática e avançada para o Maranhão, fora dos marcos dos setores conservadores do grupo Sarney e dos segmentos de oposição conservadora. Nossas alianças regionais têm como referência principal a política nacional do Partido”.

A Conferência, realizada nos dias 27 e 28 de outubro em São Luís, contou com quase 300 delegados, representando os 1.800 militantes de 40 municípios do Estado. Foram eleitos 44 delegados para a plenária final do Congresso, no Rio de Janeiro em dezembro. O Comitê Central do PCdoB foi representado na Conferência por Dilermando Toni.

Os comunistas maranhenses consideram que devem fazer “todos os esforços para criar amplo movimento de oposição a FHC e em defesa do Brasil. É preciso vencer a divisão e dispersão das forças políticas democráticas e de esquerda – PDT, PT, PCdoB, PSB, PV, PPS e PCB – combatendo-se a visão localista e estreita que tem transformado as disputas regionais e municipais no centro da ação política desses partidos e fatores decisivos da divisão”.

A conferência considerou que o “Partido deve continuar manifestando-se publicamente, de forma independente e coerente em relação as posições políticas neoliberais da governadora Roseana Sarney e, ao mesmo tempo, encaminhar a entrega dos cargos que ocupa no governo estadual”.

O Partido vai priorizar a implantação e acompanhamento do PCdoB nas grandes cidades do Estado, particularmente em Imperatriz.

A cidade de Olinda sediou, no último final de semana de outubro, a 11ª Conferência Estadual do PCdoB/PE, cujo ato político-cultural de abertura reuniu centenas de militantes de todo o Estado, amigos e representantes de partidos. Iniciando-se com a exibição de um vídeo sobre o PCdoB, o evento teve prosseguimento com depoimentos, dentre eles o de João Amazonas, presidente do Partido e discursos como o de Alanir Cardoso, presidente estadual do Partido.

Além de parlamentares e intelectuais (Oscar Niemeyer e Ariano Suassuna), estavam presentes representantes de várias ONGs e entidades como CUT, UNE, Ubes, bem como lideranças partidárias, e o deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA). O sena-

dor Roberto Freire (PPS) enviou uma carta que foi lida pelo vice-prefeito do Recife e militante do Partido, Luciano Siqueira.

Cerca de 175 delegados participaram de uma votação preliminar das teses do 10º Congresso Nacional e elegeram a nova direção estadual. A abertura da Conferência foi, sem dúvida, um dos momentos mais belos e marcantes para seus militantes: Cida Pedrosa recitou o poema “Uma cidade sitiada”. Em seguida, Jeová da Gaita emocionou a todos tocando o Hino Nacional e “A Internacional”. Durante a Conferência o companheiro de Petrolina Mavriel Melo recitou um poema discorrendo sobre a luta socialista contra o neoliberalismo. E, no encerramento, o poeta Mavriel Melo cantou e tocou a música “A bandeira do partido”.



Jeová toca A Internacional na Conferência de Pernambuco

Comunistas realizam conferência histórica no Rio de Janeiro

No auditório da quase centenária Associação Brasileira de Imprensa já não cabia mais ninguém. Transbordante de alegria e irreverência, mais de 850 militantes e amigos do Partido Comunista do Brasil lotaram a sede da ABI no dia 19 de outubro na abertura da 11ª Conferência Estadual. Reunindo mais de 4.500 militantes em suas bases, esta foi a maior Conferência da história do Partido no Rio.

No ato, presidido pela camarada Ana Rocha, estiveram presentes Elza Monnerat; Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB; Gilberto Palmares, presidente estadual do PT; Fernando Lopes, secretário estadual de Fazenda e representante do PSB; Tito Ryff, Secretário Estadual de Administração e representante do governo; Eduardo, representante do PCB; nossos parlamentares Jandira Feghali, Edmilson Valentim, Fernando Gusmão, José Aguillar (Angra), Rita Xavier (Paraíba do Sul) Levi (Quissamã), Maurício Schneider (Resende) e



Conferência homenageou a veterana militante comunista Elza Monnerat

Bill Carlos (Bom Jesus de Itapoana); Wagner Victor, secretário estadual de Energia, Petróleo e Indústria Naval; Ricardo Capelli, coordenador de Políticas Públicas para Juventude; Carlos Azevedo, presidente da Faetec; Felipe Maia, presidente da UNE; Luís Chaves,

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio; Mauricio Bustamante, da Defensoria Pública do Estado; Manoel Jayme, vice-presidente da CUT/RJ; Fabrício Marchi, presidente estadual da UJS, Henrique Miranda, representante da ABI; Fernando Pellegrino, presidente da Faperj; Fernando Siqueira, presidente da Aepet; Castinho, presidente da Famerj; Randal Farah, presidente da Fundação Cultural de São Gonçalo e Sônia Latgé, da Federação Nacional dos Urbanitários.

O camarada Marcos Oliveira, em nome da militância do PCdoB, prestou um tributo emocionado à camarada Elza Monnerat, patrona desta Conferência. Lembrando o passado de guerrilheira do Araguaia de nossa camarada, Marcos ressaltou o papel da militante abnegada, que serve como exemplo para todos os comunistas.

Nos dias 20 e 21 de outubro, os delegados da 11ª Conferência fizeram um rico debate sobre as teses nacionais e o balanço estadual, tendo sido eleita a nova direção regional.



Plenária da Conferência no Rio de Janeiro

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 011 3104-4140 Correo eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

Cheque nominal Cartão nº

Dinheiro Validade

Vale postal nº Depósito na conta

Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro:Cidade:

CEP Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão: **CDM**

Correio eletrônico: **Centro de Documentação e Memória**

Data da assinatura: **Fundação Maurício Grabois**

NACIONAL

Acordo das elites cassa governo legítimo do Piauí

JOSÉ CARVALHO RUFINO*

O dia 6 de novembro marcou a história política do Piauí. Em ato inesperado o TSE cassou os mandatos do governador Mão Santa (PMDB) e do vice-governador Osmar Júnior (PCdoB). Eleito em 1994 e reeleito em 1998, Mão Santa aglutinou as forças de resistência aos setores mais retrógrados da política piauiense, liderados pelo senador Hugo Napoleão (PFL). Sem perder de vista os problemas e limites próprios de um governo de centro, composto por um amplo leque de for-

ças políticas, o governo de Mão Santa deu passos importantes no sentido de democratizar as relações entre governo e sociedade, inclusive com amplo espaço para atuação das forças de esquerda, principalmente PCdoB e PDT. Com os movimentos sociais o governo teve relação franca. O governo recebeu e negociou com todas as categorias de servidores públicos, apesar das limitações financeiras do Estado, agravadas pelo arrocho imposto ao Piauí pelo governo federal.

O quadro político do Piauí caminhava para a consolidação

de um governo democrático, popular e até mesmo de esquerda, com liquidação completa das forças oligárquicas do Estado. Certamente nas eleições presidenciais o Piauí estaria em rota de colisão com FHC e seu projeto neoliberal, pois Mão Santa já havia declarado apoio à candidatura de Itamar Franco (PMDB) e Osmar Jr assumia abertamente a candidatura de Lula para presidente da República. Esse quadro político foi decisivo para o golpe que retirou um governo legitimamente eleito pelo povo, colocando em seu lugar um interventor

de Fernando Henrique Cardoso. Na verdade o Piauí serviu de moeda de troca no acordo das elites nacionais. Na trama palaciana FHC deu de presente ao PFL o governo do Piauí.

As acusações de abuso do poder econômico contra Mão Santa e Osmar Jr., nas eleições de 1998, não têm fundamentação consistente, sendo prova maior de acusações recortes de um jornal pertencente a grupo econômico que apoiou Hugo Napoleão. Foi baseado tão somente nisso e em articulação pesada de forças que dão sustentação a FHC que o Piauí as-

sistiu a um dos maiores golpes contra a democracia e a soberania do seu povo. Fato lamentável de tudo isso foi a posição do PT piauiense que elogiou a cassação de Mão Santa e a posse do senador Hugo Napoleão no governo do Estado.

Há um forte sentimento de unidade do PCdoB na busca de criar um amplo movimento social e de resistência popular para enfrentar e derrotar, outra vez, as oligarquias golpistas do Piauí.

*presidente do PCdoB/PI

A CPI da empulhação no Rio Grande do Sul

A oposição ao governo da Frente Popular do Rio Grande do Sul e as elites do Estado, que em nenhum momento aceitaram a vitória obtida pela esquerda nas eleições de 1998, articularam uma grande encenação para tentar desgastar o governo e os partidos da esquerda. Durante estes 3 primeiros anos de aplicação de um projeto diferente do neoliberal, a direita e os setores dominantes do Estado realizaram um combate diário e sem tréguas com o objetivo de impedir a afirmação e o avanço de uma proposta que inverte valores e prioridades.

O mais recente ataque foi realizado a partir de fatos reais, como a negativa do governo de destinar fabulosos recursos públicos para a instalação da Ford, passando por atitudes que prejudicaram a economia do Estado, como a demora em autorizar a vacinação contra a Aftosa (o ministro da agricultura de FHC é do Rio Grande do Sul) e utilizando-se da versão dos fatos, distorcendo-os para tentar confundir a opinião pública.

Mas para desespero da direita, o povo gaúcho foi percebendo que o governo de esquerda corresponde com a sua expectativa. A economia do Rio Grande do Sul cresceu em índices maiores que a média nacional, fruto dos investimentos que o governo realizou em setores chaves da economia do Estado. O Orçamento Par-

ticipativo levou milhares de gaúchos a definirem a aplicação dos recursos públicos. Foi criada a Universidade Estadual e instituído o maior piso salarial do país. Enfim, o governo do Estado, apesar das enormes dificuldades, do cerco a que foi submetido e de suas insuficiências e erros, foi se firmando e se credenciando para disputar em boas condições a continuidade do projeto no próximo pleito eleitoral.

Souo o sinal de alarme para a direita. Diante desta realidade, articulou uma CPI para investigar a segurança pública com o objetivo de se aproveitar de uma situação difícil enfrentada pelo nosso povo e potencializar esta situação, provocada – diga-se de passagem – pela catastrófica política neoliberal.

Porém, logo a CPI foi perdendo sua força, uma vez que os fatos apresentados eram inconsistentes para atacar o governo e o aprofundamento das investigações poderia comprometer setores importantes da direita.

Denúncias concretas, feitas em depoimentos de policiais e com farta documentação apresentada pela Secretaria da Segurança, envolvendo parte da polícia com o jogo do bicho, foram desprezadas pela CPI, que deixou de lado a questão da segurança pública e passou a montar um grande circo voltando-se a investigar os gastos de campanha do PT, assunto total-



Manifestação em apoio a Olívio Dutra em Porto Alegre

mente estranho aos objetivos da Comissão.

A RBS (rede de comunicação) e vários deputados, com o propósito de desgastar o governo e a esquerda, acusaram o Clube de Seguros da Cidadania (instituição organizada por empresários ligados ao PT) de ser uma "lavandaria", querendo fazer crer que campeavam irregularidades e falcatruas entre o PT e o Clube. Mas suas "provas" não passaram de suposições.

O relatório final da CPI, aprovado de forma golpista pela maioria oposicionista, é uma afronta à consciência do povo gaúcho e um ataque irracional ao governo do Estado. Ele indícia o governador Olívio Dutra por crime de responsabilidade sem nenhum indício ou prova de irregularidade. O "cri-

me" apontado é o encaminhamento de um projeto de lei que regulamenta a loteria estadual, que foi aprovado por unanimidade pela Assembléia Legislativa.

O relatório da CPI da Segurança colocado em votação, embora tenha indiciado mais de 40 pessoas – todas vinculadas ao governo ou ao PT – sequer indiciou o secretário da Justiça e da Segurança ou algum membro daquela área de governo.

Em nota pública, o PCdoB denuncia: "De fato, estamos diante de uma sórdida campanha com incontestáveis propósitos políticos, às portas de um ano eleitoral. Derrotados nas urnas, os que mandavam na política riograndense, os que privatizaram a CRT e boa parte da CEEE, passaram à condição de derrotados na prática de

apropriação do Estado para potencializar interesses privados, que enriqueceu muita gente.

"O governo, a partir de seu governador, companheiro Olívio Dutra, tem o apoio da maioria do povo gaúcho, gente de tirocínio político, para aprofundar as relações democráticas do Estado com a sociedade, como faz o Orçamento Participativo; o governo tem o apoio para persistir na prática de políticas públicas sérias em prol da melhoria da qualidade de vida de nosso povo trabalhador. O Estado tem que estar a serviço de quem dele necessita e não, como no passado, ser um espaço para os privilégios de poderosos grupos econômicos".

No dia 9 de novembro mais de 20 mil pessoas participaram de um ato em apoio ao governo realizado em frente ao Palácio Piratini, que contou com a presença de Lula, José Dirceu e lideranças dos partidos da Frente Popular. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas enviou a seguinte mensagem ao governador Olívio Dutra: "Manifestamos irrestrita solidariedade em face da torpe campanha de desmoralização do governo democrático, popular encabeçado por V. Excia., levada a efeito por forças antidemocráticas de direita. Estamos convictos de que o povo gaúcho cerrará fileiras em torno do governador na defesa dos avanços progressistas no Estado."

Jandira quer investigar US\$ 100 bilhões depositados em paraísos fiscais

A deputada Jandira Fegahli (PCdoB/RJ) está coletando assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a informação da Receita federal de que brasileiros possuem US\$ 100 bilhões em depósitos bancários em paraísos fiscais no exterior.

Somente o recolhimento do Imposto de Renda sobre esses valores dariam um montante de US\$ 25 bilhões, o que equivale a R\$ 70 bilhões, mais que duas vezes o investimento previsto para 2002 em saúde, educação e combate à pobreza. O orçamento prevê R\$ 20,4 bilhões para saúde, R\$ 8,2 bilhões para a educação e R\$ 5 bi-

lhões para o Fundo de Combate à Pobreza.

"A CPI precisa colocar luz sobre esse fabuloso volume de recursos espalhados por mais de 44 países. Terá a função de localizar os eventuais responsáveis pela facilitação dessas operações, estabelecer e esclarecer os mecanismos de transferência desses valores, identificar seus titulares, ter uma noção exata de seus valores, para que, entre outras medidas, se possa recolher os impostos devidos ao Tesouro Nacional. Esses recursos podem ter como origem a evasão de divisas, sonegação fiscal, crime organizado, narcotráfico e corrupção", afirma a deputada comunista.

Deputados defendem cultivo da mandioca

Ao final do seminário A Importância Social e Econômica da Mandioca para o Brasil, realizado no auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares da Câmara dos Deputados, os participantes defenderam um apoio maior por parte do governo para o desenvolvimento da produção nacional. O evento reuniu técnicos, produtores e trabalhadores rurais, além de parlamentares ligados à agricultura que consideraram amplo o potencial de crescimento da mandioca nacional e de seus derivados – mais de 200 subprodutos – para atender aos mercados interno e externo.

Autor do requerimento para a realização desse seminário, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), apresentou o Projeto de Lei 4.679/01, que obriga a adição de

farinha de mandioca, de raspa ou de fécula à farinha de trigo, na proporção de 10%. A proposta foi muito bem recebida como forma de incentivar o escoamento da produção no setor.

Segundo Chigeru Fukuda, pesquisador da Embrapa e presidente da Sociedade Brasileira da Mandioca, com a adição de fécula a 10% nas farinhas panificáveis, haveria um acréscimo de 700 mil toneladas na produção – atualmente em 550 mil toneladas/ano – gerando 50 mil novos empregos e uma economia de divisas para o país da ordem de US\$105 milhões por ano. "Podemos chegar a uma produção de um milhão de toneladas de fécula por ano até 2005, porque a capacidade ociosa das fecularias está em 50%", explicou. Salientou ainda que o de-

envolvimento da mandioca orgânica oferece ao Brasil a abertura de um importante nicho de mercado internacional.

Após analisar o produto em seu contexto histórico, lembrando que a mandioca foi citada na carta de Caminha, Aldo Rebelo lembrou que ela chegou a apelidar uma das primeiras constituições, tendo servido ainda de alimento para os bandeirantes. Já o deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE) culpou a política econômica do governo pelas dificuldades sofridas pelos produtores. Segundo ele, os produtores do Paraná podem chegar a destruir suas próprias colheitas por falta de preços. "Enquanto isto, o povo não tem como adquirir um quilo de farinha de mandioca", criticou.

O Araguaia vive

LUIZ CARLOS ANTERO*

Qualquer coincidência surgiu como mera e conhecida realidade. Uma expedição, em outubro de 2001, chegou à região sul do Pará e norte do Tocantins para averiguar novas pistas acerca da localização de ossadas dos guerrilheiros do Araguaia. Logo após a sua partida, entrou em ação uma operação militar que, durante uma semana, movimentou efetivos de infantaria do Exército em marchas e barreiras nas estradas com a cobertura de helicópteros, atingindo Santa Cruz, na Serra das Andorinhas, a região de Perdidos – que sediou um destacamento guerrilheiro no início dos anos 70 – Araganã, São Geraldo, São Domingos, Bacaba, base militar que ficou conhecida pela tortura e pela morte.

Era de se esperar que a movimentação rememorasse os últimos momentos da “novela baseada em fatos reais” (*Xambioá: Guerrilha do Araguaia*), do coronel Pedro Corrêa Cabral. No final do seu livro, o coronel, que hoje se proclama devotado à religião evangélica, relata as circunstâncias que sucederam o extermínio de guerrilheiros, chamando-as de “caçada”. Já não existiam os homens e mulheres que tanto incomodaram ao regime militar, mas algo perturbava os representantes da “comunidade de informações” e, em particular, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici: a miséria do povo na região era a mesma e os guerrilheiros poderiam fazer muita falta e ser recordados para sempre, apesar do terror que se abateu sobre aquela gente. Foi então que surgiu um outro estilo de intervenção, Ação Cívica Social (Operação Aciso), para controlar espaços vazios de poder, na mesma linha da operação Rondon e do Mobral.

Em um único dia daquele mês de janeiro de 1975, os carrascos vestiram a benemerente roupagem assistencial e saíram oferecendo atendimento médico-odontológico, vacinando, distribuindo bugigangas diversas para crianças. Sobre tudo, expediram Carteira de Identidade, tirando do anonimato aqueles que ofereceram apoio ao “povo da mata”. Identificando, claro que para controlar, aqueles que escaparam. Oriundos, em geral, do Nordeste, anônimos, muitos foram assassinados sob tortura; outros enlouqueceram ou morreram anos depois e continuam morrendo hoje, guardando na lembrança o “buraco do Vietnã”, onde conviviam, noite a noite, com animais não peçonhentos, agitados madrugada adentro pela salmoura que pingava, incessante, e bebiam muitas vezes da própria urina, apertados uns contra os outros. Alguns, pendurados pelos testículos como os guerrilheiros, gritavam ensandecidos pela dor que a Aciso não obliterou.

Nas corcovas da serra

Passados 27 anos do encerramento da terceira campanha, agarrado a um exemplar da sua Bíblia, o coronel Cabral repetiu o gesto de 1993, quando acompanhou repórteres de uma revista na busca de um cemitério de guerrilheiros. Dessa vez, sobrevoou por mais de



Museu da Guerrilha: desafio à versão oficial

15 horas a Serra das Andorinhas entre um advogado (o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) e um coronel e sua tripulação, a bordo do mesmo helicóptero que pilotara durante a “operação limpeza” mencionada em seu livro. Literalmente encurralado entre a cruz da convivência com os familiares e amigos dos guerrilheiros e a espada de seus ex-colegas de farda, novamente não encontrou o ponto certo entre as corcovas da “extremidade sul da Serra das Andorinhas, único relevo digno de nota em toda a região”.

Foi no final das operações, em 1975, sobrevoando o local (“Mais um serrote, onde nasciam diversos afluentes do Saranzal e do Araguaia”), que ele (na novela, João Pedro) disse a um outro aviador no termo de seu livro:

– Sim, meu amigo Parise, é impossível esquecer esse lugar. Ali estão os restos mortais de meia centena de jovens que um dia sonharam um Brasil melhor. Que Deus tenha compaixão por eles!!

O coronel trata agora de vencer mais algum oficial a mostrar o local que ele, ainda desta vez, não apontou.

Terra e minérios: questão militar

O percurso por terra ofereceu outro cenário. Hoje, varando a região que vai de Marabá a São Geraldo e Xambioá, cruzando São Domingos do Araguaia e a reserva indígena Suruí-Sororó – único bolsão de mata densa, protegido por uma certa aura de ferocidade nativa –, o transeunte é invadido pela sensação de circular por um quase semi-árido, aqui ou acolá com uma visão de floresta. São largas as margens da Transamazônica e das estradas operacionais construídas para cortar a selva que predominava há 30 anos, protegendo os guerrilheiros e seus semelhantes – os pássaros e todas as múltiplas espécies, movimentos, penumbra, cores e cantos de uma pródiga natureza.

A paisagem atual comprova que ali, na verdade, aconteceu um confronto entre duas concepções de desenvolvimento. Estão ali os sinais de que, efetivamente, a guerrilha não foi combatida simplesmente pela oposição que representava ao absoluto domínio da ditadura, mas também pelos minérios – o chão de uma rica área cobijada pelo imperialismo. As multinacionais, com suas grandes agropecuárias e mineradoras (não apenas por ironia o Exército e a Força Aérea, descaracterizados para a terceira campanha, chegaram em Xambioá precisamente como duas empresas privadas do gê-

ro), alavancaram a repressão em larga escala que mobilizou o vasto equipamento militar em homens e armas, detonaram o matraquear de helicópteros e metralhadoras zunindo até hoje sobre as cabeças dos sobreviventes do período.

O historiador e jornalista Luís Mir encontrou evidências da participação militar norte-americana no combate à guerrilha, inclusive de um general americano – com experiência no Vietnã – que ficou sediado em Manaus. O coronel Pedro Cabral confirma – numa entrevista ao jornal *Opção*, de Goiânia – outras evidências da estreita ligação entre os militares brasileiros e norte-americanos no período, a partir de palestras ministradas no 1º Esquadrão do 4º Grupo de Aviação, em Fortaleza, por oficiais da Força Aérea dos Estados Unidos da América (USAF), às quais assistiu como estagiário. Além disso, diz que a CIA, “sem dúvida alguma, deve ter relatórios sobre o assunto”.

Em artigo escrito para a revista *Airpower Journal* (2/1995), da USAF, o coronel do Exército Álvaro de Souza Pinheiro, lotado no Estado-Maior das Forças Armadas, afirmou que a Força Aérea Brasileira (FAB) bombardeou com Napalm a serra das Andorinhas (PA) durante o combate à guerrilha do Araguaia. O artigo (“Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro”) menciona o assunto no item “A experiência dos anos 70”, quando o coronel aborda “uma série de equívocos” das Forças Armadas na primeira campanha.

Naquele momento já estava em curso a meta de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, estimulando a concentração fundiária, quando a questão da terra (e do subsolo) passou a ser uma questão militar. Os generais atuavam no sentido de criar uma política voltada para as grandes empresas, mediante incentivos financeiros, voltando-as para a grande agropecuária. A origem dessa política estava no próprio golpe militar de 1964, que, entre outros objetivos, buscou modernizar os coronéis latifundiários e travar o crescimento das lutas camponesas, que construíam suas formas de organização – notadamente desde meados da década de cinquenta. Em plena fase de enfrentamento na guerrilha, substituiu os elementos favoráveis à reforma agrária, que ocupavam cargos em ministérios por outros, que defendiam a instalação das grandes empresas no campo. Mas, mesmo que mais reservadamente, no Araguaia, a fatura de minerais preciosos e estratégicos, além da

proximidade de Carajás, arripiava os generais diante da possibilidade de de uma zona liberada por ali.

E a semente brotou

As queimadas diárias que precedem o período das chuvas, as árvores esturricadas que anunciam a passagem da destruição, a presença passiva do gado se espalhando pelo horizonte, as mineradoras à beira do caminho, são os sinais do aparente triunfo da barbárie especulativa sobre os interesses do país e do povo da região. A selva foi e é tratada como erva daninha que se extirpa do solo. Sinais, contudo, apenas simbólicos de uma vitória arrancada a fórceps e que não logrou a destruição da memória legada pelo “povo da mata”.

Desde que os generais do período (e sua “comunidade”) deram como encerradas as operações de combate à guerrilha, apenas cresceram entre os moradores do Araguaia os sentimentos de admiração pelos guerrilheiros, vistos como amigos e irmãos que ali chegaram e nunca se foram – presos vivos, escaparam, mesmo executados. Assim como não arredaram pé a “comunidade” e seus assassinos de aluguel, que, chafurdando o rio Maria, exterminaram barbaramente os Canutos – Expedito e João – Belchior, Paulo Fonteles, Gringo – amigo de Osvaldo –, entre tantos lutadores. Seus ossos – de guerrilheiros e sucedâneos – fertilizam a terra que, nua e fecunda, é ocupada pelo MST e MLT, núcleos combatentes oriundos de uma oposição sindical que surgiu na seqüência da luta armada.

É assim que a menção a algum herói tombado faz despontar um jeito curioso, um sorriso largo ou um olhar de tristeza d’alma no morador anônimo do Araguaia. Ou que um comentário despretenhoso agita a atenção ainda acanhada, até que, identificado o forasteiro, jorram as estórias, lendas e contendas. É assim que vão se apresentando novas testemunhas, e que novos fatos, filtrados, emergem. Foi assim também que, num desses episódios – de contendas –, o Incra, uma cobertura oficial para a “comunidade” militar naquele período, achou por bem vetar os nomes de João Carlos Haas e da Dina da Guerrilha em dois assentamentos, e substituí-los por “Brasil-Espanha” e “Oito Barracas”, contestando a vontade dos camponeses. E que estes, no entanto, assentados na região de São Domingos, mantêm o livre batismo.

Também é fato: nenhuma força bruta ou Aciso impediu que o município de São Domingos das Latas se transformasse em São Domingos do Araguaia e que uma revista (*Manchete*) anunciasse em sua edição nº 2.131, de 6 de fevereiro de 1993: “O presidente da Câmara de Vereadores, Abdias Soares da Cruz, orgulha-se de ter incorporado ao escudo do município as armas dos guerrilheiros como reconhecimento histórico da luta”.

E quem, por acaso um dia, passar por São Domingos, deve parar num pequeno quiosque ao lado do mercado local e puxar uma prosa com Dona Margarida. Com seus olhos rasos de lágrimas quando falar da bondade e da bravura da guerrilheira Sônia e de seus

companheiros, que muita ajuda perderam. E saberá de sua revolta diante da violência e da morte. A alguma distância dali, no outro lado da rodovia, estará o Vanu, guia do Exército na época, que, sem a terra prometida e com o olhar perdido no passado, vive cercado pela simpatia que a família e amigos devotam aos guerrilheiros.

Museu da Guerrilha

Foi neste cenário que uma nova expedição de busca chegou a antiga região do Bico do Papagaio, na confluência dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins). De Brasília a Marabá, num velho Bandeirantes da Força Aérea, cedido pelo Ministério da Defesa – que, pela palavra do ministro Geraldo Quintão no plenário da Comissão de Relações Exteriores, se comprometera a fornecer os meios para esclarecer o mistério dos desaparecidos no Araguaia. Mas, ainda aí, não se abrem os arquivos secretos e o ônus da prova, pelos critérios do governo, vai para a conta dos interessados.

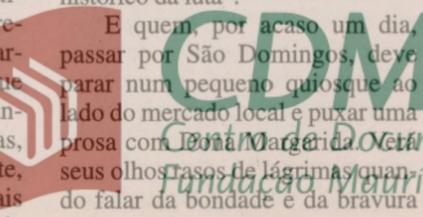
Além de deputados (Socorro Gomes e Greenhalgh), assessores e familiares, o grupo incluiu três pesquisadores do Laboratório de Geofísica Aplicada da Universidade de Brasília (UNB), munidos de equipamento da geofísica forense para a localização dos corpos (GPR), e quatro médicos legistas do Instituto Médico Legal de Brasília. Em Marabá, estavam dois helicópteros para a locomoção dos técnicos, equipamentos e pesquisa na Serra das Andorinhas.

A sede da expedição foi transferida logo no segundo dia de Marabá para Xambioá, um percurso de 160 quilômetros (palmilhado a pé pelos guerrilheiros) ao lado oposto da área correspondente à guerrilha, cruzando-se o rio Araguaia-Tocantins a partir de São Geraldo do Araguaia.

Uma cidade diante da outra, separadas pelo grande rio. Em São Geraldo, um museu mantido pelo técnico agrícola baiano Eduardo Porto Lemos contra a vontade do prefeito local, tem a simpatia dos moradores. Lemos, que chegou na região em 1981 e trabalhou em algumas empresas agropecuárias, conta que se entusiasmou pelo tema prosando com trabalhadores das fazendas – simpatizantes dos guerrilheiros. Depois, já instalado em São Geraldo, começou a juntar peças de interesse arqueológico, paleontológico e botânico, mas predominou seu acervo de informações predileto, com muitos recortes de jornal e publicações da grande imprensa e do PCdoB. E terminou por colocar diante da casa uma placa artesanal onde se lê: Museu da Guerrilha do Araguaia. Lá, diante de um mapa da área dos destacamentos e da evolução dos combates a cada campanha, fixado na parede, ele conta com orgulho a quem chega como os guerrilheiros derrotaram as Forças Armadas nas duas primeiras campanhas. Cruza o rio na balsa com a expedição.

Aulas vigiadas

Xambioá aguarda em silêncio. Uma expedição de busca chegou a antiga região do Bico do Papagaio, na confluência dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins). De Brasília a Marabá, num velho Bandeirantes da Força Aérea, cedido pelo Ministério da Defesa – que, pela palavra do ministro Geraldo Quintão no plenário da Comissão de Relações Exteriores, se comprometera a fornecer os meios para esclarecer o mistério dos desaparecidos no Araguaia. Mas, ainda aí, não se abrem os arquivos secretos e o ônus da prova, pelos critérios do governo, vai para a conta dos interessados.



ESPECIAL

Maria Evanir, secretária de Educação do Município, é a primeira a quebrar o silêncio. Durante as escavações no cemitério, ela se apresenta, diz que é historiadora – quer saber dos acontecimentos – e que já incluiu a guerrilha no currículo das escolas. E narra o grande impacto da chegada repentina dos contingentes militares naquele distante mês de abril de 1972: veículos de transporte e combate em profusão, milhares de homens que desmantelaram a cultura e as famílias locais. Conta da falta de carne nas mesas até o fim das duas primeiras campanhas; os marchantes só podiam fornecer para a população quando sobrasse, o que nunca acontecia.

Evanir discorre também sobre o seu drama pessoal para lecionar OSPB (Organização Social e Política do Brasil): precisou ir a Goiânia provar que não era subversiva em folha corrida do DOPS e conseguir a licença. Mesmo assim, suas aulas eram vigiadas pelos “secretas”, talvez os mesmos que arrombaram as gavetas do marido em busca de uma relação secreta com os guerrilheiros. Depois, no limiar da terceira campanha, guardou na memória os vendedores de alho e redes que ocupavam o melhor hotel da cidade, bem diferentes dos feirantes que dormiam no mercado. E, enfim, as imagens das fotos afixadas em todo canto: “Procura-se terrorista”.

As pesquisas e escavações prosseguiram no cemitério, intensamente movimentado, enquanto corriam as notícias – incompreensíveis à primeira vista – de que os helicópteros estavam ali ao lado, no campo de futebol, com os amigos dos “paulistas”. Os primeiros ossos encontrados (agora sob estudo no IML de Brasília) atizam a imaginação. Turmas de estudantes e professores, trabalhadores e autoridades, moradores de toda Xambioá, se chegaram, curiosos.

No final da expedição, todos se reuniram num ato, no dia 25 de outubro, transbordando de gente uma escola (São Judas Tadeu), no resgate de sua própria História pela primeira vez depois do final da guerrilha. Para entender o que se passava, prefeito e secretários municipais, presidente da Câmara e vereadores, juiz, promotor, empresários, jornalistas da grande imprensa do sudeste e do Pará, se juntaram a professores, estudantes e trabalhadores, ouvindo depoimentos e explicações sobre o ocorrido na região.

E o povo tomou gosto. Sem medo e sem a presença da expedição, comemorou os 43 anos de Xambioá no dia 14 de novembro. Centenas de moradores – jovens de oito colégios na maioria – montaram um palco na avenida Beira-Rio e encenaram a luta, a perseguição, a bravura e o martírio dos guerrilheiros. Depois, em caminhada pelo aclive da igreja de Xambioá alcançaram a praça, onde uma equipe de jurados escolhia quem era capaz de identificar com maior facilidade os guerrilheiros nas fotos dos desaparecidos do Araguaia. Unidos, confraternizaram com os moradores de São Geraldo que, cruzando o grande rio, foram à festa do reencontro com a liberdade sonhada, com o sacrifício da vida, pelo “povo da mata” em sua gloriosa jornada de luta.

E a semente vingou.

* colaborou Vital Nolasco

A caravana à região da Guerrilha do Araguaia

VITAL NOLASCO*

No sábado, 13 de outubro, uma caravana integrada por mim, pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalg (PT/SP) e Socorro Gomes (PCdoB/PA), pelos assessores parlamentares Luiz Carlos Antero (PCdoB) e Myrian Luiz Alves (PT), quatro médicos do Instituto Médico Legal de Brasília, três geólogos da Universidade Federal de Brasília, um cinegrafista, o coronel Rômulo, representando o comando da FAB e mais três oficiais da FAB, tripulantes da aeronave, partiu de Brasília rumo ao Sul do Pará.

Embarcamos em uma aeronave Bandeirantes, usada para salto de pára-quedistas e adaptada para a viagem. Sentamos enfileirados uns de frente para os outros, havia um cabo de aço no centro da aeronave que normalmente é utilizado para prender de pára-quedas, que nos serviu apoio. Foram embarcados também equipamentos que seriam usados nas pesquisas. Após mais de 3 horas de voo, com uma escala técnica em Palmas, desembarcamos em Marabá. Éramos aguardados por dois helicópteros da FAB que seriam utilizados na missão.

A deputada Socorro Gomes e o deputado Luiz Eduardo mantiveram contatos com autoridades locais. Os técnicos prepararam os equipamentos, principalmente um radar de solo capaz de localizar ossadas humanas, enquanto nós fomos ao aeroporto, aguardar os demais membros que se incorporaram à caravana: o coronel Cabral, duas irmãs do guerrilheiro Amauri, Diva e Édila, também familiares de desaparecidos e integrantes do grupo Tortura Nunca Mais, Vladimir (sobrinho do guerrilheiro Joça) e ainda o Zezinho, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia.

No dia seguinte nos dividimos em três equipes. Uma comandada pelo deputado Luiz Eduardo,

com o coronel Cabral e outros, que sobrevoou a Serra das Andorinhas, na tentativa de localizar o sítio onde ocorreu a queima de corpos na chamada Operação Limpeza, organizada pelas forças que combateram os guerrilheiros. Outra equipe, coordenada pela deputada Socorro Gomes, foi de helicóptero ao aeroporto de Xambioá, na tentativa de localizar restos mortais na cabeceira da pista. Uma terceira, coordenada por mim, se deslocou por terra até Xambioá, passando primeiro por São Geraldo, para localizar e entrevistar testemunhas.

Em São Geraldo conhecemos o Eduardo, que chegou à região em 81 e montou o Museu da Guerrilha do Araguaia. Neste museu existe, além de um pequeno acervo sobre a guerrilha (fotos, reportagens da imprensa etc.), também um acervo arqueológico e outro paleontológico.

Conhecemos uma senhora de uns 40 anos que, em 1981, foi presa e torturada com seu marido, sob a alegação de que teria participado da guerrilha, pois juntamente com outros posseiros, resistiu à expulsão de suas terras por um grande grileiro da área chamado Mutram. Hoje ela preside a Associação de Mulheres de São Geraldo. Encontramos uma outra pessoa que possui terras perto da Serra das Andorinhas onde afirma existir um velho cemitério.

Atravessamos o rio Araguaia com a balsa que faz o transporte normal entre São Geraldo e Xambioá. Nos encontramos com a equipe coordenada pela deputada Socorro Gomes. Os técnicos nos informaram que haviam detectado sinais na cabeceira da pista e que iriam escavar no dia seguinte. Mantivemos alguns contatos em São Geraldo e retornamos no final de tarde para Marabá. Resolvemos retornar no dia seguinte a Xambioá e lá permanecer até o fim dos trabalhos. Eu e a deputada Socorro Gomes retomamos o contato com a presidenta da Associação de Mulheres de São Geraldo e travamos relacionamento com vários militantes do Partido. Conhecemos a viúva e



Caravana dirige-se ao Araguaia em avião da FAB

os filhos do camarada Amaro Lins.

Durante toda semana continuaram os vôos sobre a Serra das Andorinhas e as escavações, mas nada foi encontrado. Toda a região compreendida entre Marabá e Xambioá se constitui hoje numa região semi-árida, com exceção da reserva indígena de Suruí Sororó. Na sexta-feira o radar detectou algo no cemitério de Xambioá. Nesse local, segundo as testemunhas, nunca havia sido feito um sepultamento. Encontramos os restos mortais de uma criança de aproximadamente dois anos. Esta descoberta impactou os técnicos que resolveram suspender qualquer trabalho de escavação, só os retomando quando houvesse pistas mais definidas.

Resolvemos que a equipe técnica e os deputados deveriam se dirigir ao povoado de Bacaba, onde o sargento Santa indicou um local de sepultamento de guerrilheiros. Ficaram em Xambioá um médico legista e dois familiares, coordenados por mim. Um senhor de 80 anos, ex-coveiro em Xambioá, foi trazido de sua residência, distante uns 100 km. Ele indicou locais onde foram enterrados os guerrilheiros no cemitério de Xambioá.

No sábado foram feitas três escavações e localizados restos mortais. Dois apresentavam fortes indícios de serem dos guerrilheiros. O primeiro foi enterrado com os braços para trás e o outro dentro de um invólucro de náilon, material parecido com o que é usado na fabricação dos pára-quedas. Diante deste novo fato, todos voltaram para Xambioá. As ossadas foram recolhidas e acondicionadas em recipientes apropriados. A deputada Socorro Gomes recolheu

uma ossada que estava sob a guarda do vereador Paulo Fontelles Filho (PCdoB de Belém/PA) e a entregou oficialmente à comissão.

A maioria da comitiva voltou no domingo para Marabá a fim de providenciar o retorno a Brasília, permanecendo na área um legista, um geólogo e os familiares. Já em São Paulo, soube da descoberta de mais três ossadas no cemitério de Xambioá que possivelmente pertencem a guerrilheiros.

Guerrilha presente

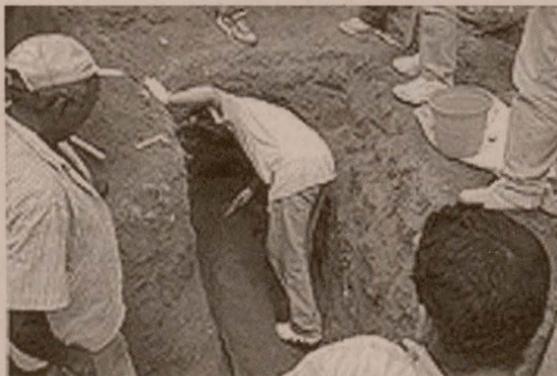
Em Xambioá a história da guerrilha foi introduzida no currículo escolar pela atual secretária de Educação e Cultura, professora Maria Evany Azevedo de Jesus, que durante as comemorações do aniversário do Estado de Tocantins fez um discurso elogiando a guerrilha e os guerrilheiros e criticando os militares.

Mulheres denunciaram para a caravana que seus maridos foram mortos na tortura ou vieram a falecer em consequência de maus tratos. A população de Xambioá conta que existiu, junto à pista de pouso, um buraco que serviu de prisão. As tropas da ditadura militar cometeram barbaridades contra os guerrilheiros, o povo e o meio-ambiente.

Quando um dos helicópteros sobrevoou São Geraldo, vários populares espontaneamente se manifestaram contra sua presença, chegando a tentar atingi-lo com objetos lançados da terra. Outros se esconderam, temendo ser vítimas de atrocidades. Muitas informações que obtivemos foi depois da população ter comprovado que não éramos gente do Exército ou da Polícia Federal, mas amigos de Osvaldo, Dina etc.

Durante nossa estada na região, pude comprovar que a guerrilha está incorporada à vida do povo. O brasão da cidade de São Domingos, por exemplo, é a reprodução das armas dos guerrilheiros, que são tidos como pessoas boas e que queriam o bem do povo. São chamados carinhosamente de “os meninos da mata”. Alguns guerrilheiros, como Osvaldo, Dina, Carlos Haas e Helena, se tornaram verdadeiros mitos entre o povo.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois* da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB



Escavação em busca de ossada

Governo italiano quer saber de Libero

Um aspecto da expedição saltou aos olhos dos mais experientes – a exemplo de Zezinho, um dos guerrilheiros sobreviventes: a tenacidade dos técnicos da UnB e do IML, a maioria jovens que, incansáveis, enfrentaram o sol inclemente e o calor da jornada nas buscas de pistas sobre a localização dos desaparecidos. Ao lado deles, também chamava a atenção a presença de um descendente de italianos, também jovem, chamado Wladimir Casti-

glia, sobrinho do guerrilheiro Libero Giancarlo Castiglia (Joca). Responsável pela infra-estrutura que garantia a continuidade das ações, Wladimir deixou claro que saiu do Rio de Janeiro para integrar a expedição numa tarefa coletiva: qualquer dos guerrilheiros encontrados recompensaria seu esforço. Ele e sua família conseguiram que o governo italiano cobrasse do governo brasileiro informações sobre o paradeiro de Libero Castiglia, nascido na al-

deia de San Lúcido, em Cosenza, na Calábria, e único estrangeiro que integrou os quadros do PCdoB na guerrilha, participando do Destacamento A e da guarda da Comissão Militar a partir de dezembro de 1967. Libero, operário, praticava alpinismo no Rio de Janeiro ao lado de Elza Monerat. Os dirigentes do Partido da Revolução Comunista da Itália participam com interesse dos esforços que visam à identificação dos guerrilheiros.

MOVIMENTO

Metalúrgicos param Volkswagen

ORLANDO SILVA JR.*

Depois de demitir de uma só vez 3 mil trabalhadores em São Bernardo/SP, a Volkswagen do Brasil voltou atrás e fez um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos, reduzindo o número de demitidos. Foi o principal resultado da grande e combativa greve que a categoria realizou.

A argumentação da Volks era excesso de mão-de-obra e perda de competitividade. A automação na produção faz crescer a produtividade dos operários, o que deveria significar redução do número de horas trabalhadas, de modo a garantir emprego para todos. Entretanto, há uma ampliação da jornada de trabalho travestida de banco de horas. É a superexploração sendo encoberta



Assembléia da Volks: operários lutam contra o desemprego

pelo uso da tecnologia. Com as demissões, a Volks faz chantagem sobre os trabalhadores, que

rejeitaram a proposta de redução de salários e de legitimar medidas que diminuem seus direitos e

renda. As demissões servem para substituição de mão-de-obra, com redução de salários e direitos. Para a empresa é inadmissível que no ABC paulista o salário médio seja superior ao salário pago pela empresa no Paraná: a ordem é nivelar por baixo.

As demissões na Volks são exemplos típicos dos duros embates entre burguesia e proletariado. O desenvolvimento científico e tecnológico aplicado à produção permite potencializar enormemente as forças produtivas. Entretanto, esse desenvolvimento serve a poucos e gera mais exclusão de trabalhadores do processo de produção.

A mobilização dos metalúrgicos demonstrou grande força e combatividade. A incorporação dos terceirizados e dos trabalhadores de apoio da empresa en-

grossou e unificou o movimento. A disposição de luta demonstrada pelos trabalhadores é o fator que define a reversão das demissões.

O apoio à luta dos metalúrgicos do ABC é o apoio à luta contra o desemprego, que deve ser ampliada e associada à defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários e direitos. Além disso, é fundamental fortalecer o combate ao neoliberalismo, política que serve apenas para garantir os interesses do capital. A resistência dos metalúrgicos do ABC paulista pode ser o símbolo da virada, no sentido da luta por um novo rumo para o país.

*do Comitê Central e da Comissão Sindical Nacional

Terrorismo contra os trabalhadores

Está em curso uma nova ofensiva contra os trabalhadores brasileiros. Vivemos, ao mesmo tempo, uma onda de desemprego, de ataques aos direitos trabalhistas e à organização sindical. O desemprego tem nova onda de crescimento. A última pesquisa do DIEESE revela que em Salvador a taxa de desemprego atinge 28,3% dos trabalhadores. Na Grande São Paulo a massa de desempregados corresponde a mais de 1,5 milhão de pessoas. No mês de outubro, segundo a própria Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), 6.259 postos de trabalho foram fechados. Só em 2001 já são 12.930 demissões.

Além do desemprego, os trabalhadores vêem suas conquistas históricas serem atacadas. Esse é o sentido do projeto de lei apresentada pelo governo, que propõe mudanças no artigo 618 da Con-

solidação das Leis do Trabalho – CLT, onde o “negociado” deve se sobrepor ao “legislado”.

O governo tem a cara-de-pau de dizer que quer, com essa proposta, fortalecer os sindicatos. A luta dos trabalhadores tem sido para manter os seus direitos e as garantias legais se constituem numa barreira para a sanha do capital sobre o trabalho. Não haverá negociação para mais do que manda a lei, só para menos. E esse é o objetivo do governo: ampliar a transferência de renda dos trabalhadores para as empresas, na forma de redução de direitos.

A proposta do governo ataca frontalmente os direitos fundamentais dos trabalhadores, como férias, não-redução dos salários, 13º salário, descanso semanal remunerado, entre outros. Desde o envio da proposta para Congresso Nacional, várias centrais sindicais

e confederações de trabalhadores iniciaram articulações para resistir a mais esse golpe. Em todas as manifestações a Corrente Sindical Classista esteve presente.

O governo deixa claro seu papel de gerente dos interesses do capital. FHC volta suas baterias também contra o funcionalismo público federal. Baixou o chamado “pacote antigreve”, um conjunto de medidas antidemocráticas e ilegais, cujo objetivo é impedir o direito de greve dos trabalhadores do setor público. Com essa iniciativa demonstra que sentiu a força das mobilizações dos servidores públicos federais que, através de várias categorias, com destaque para os professores e técnicos nas universidades e escolas federais e para os trabalhadores da seguridade social, realizam uma das maiores greves dos servidores públicos de todos os tempos.

Estamos diante de uma verdadeira onda de terrorismo do governo e dos patrões contra os trabalhadores. O momento exige união e mobilização para a resistência e a manutenção de conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros. Através da CUT, e por iniciativa própria, a Corrente Sindical Classista tem se posicionado na vanguarda dessas lutas, seja pressionando o Congresso Nacional para não aprovar essas propostas, seja mobilizando os trabalhadores, como ocorreu no último dia 13 de novembro, nas ocupações das delegacias regionais do trabalho. É hora de ampliar as lutas em defesa dos direitos sociais; contra o desemprego, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários nem de direitos; além do direito de organização e mobilização para os trabalhadores.

(OSJR)

Operários comunistas reúnem-se em São Paulo

JOEL BATISTA*

O Instituto Maurício Grabois sediou importante reunião com operários das principais regiões fabris do Estado de São Paulo, sob coordenação do Seminário Nacional do PCdoB de estudo teórico sobre o proletariado brasileiro hoje e organizada pela Comissão Sindical estadual do Partido.

Participaram 20 operários (incluindo 2 assessores de Sindicatos), dos quais 18 representando 16 empresas. Estiveram presentes Walter Sorrentino, presidente estadual do PCdoB; Altamiro Borges, secretário sindical; João Batista Lemos, secretário sindical nacional; Júlia Roland, secretária de Organização da capital; e Nereide Savianni, do núcleo de estudos teóricos.

Os participantes receberam previamente um questionário (pesquisa operária) contendo 83 perguntas, em torno das seguintes

questões, que serviram como roteiro para as intervenções:

Perfil dos trabalhadores: faixa etária, sexo, formação escolar e profissional, nº de trabalhadores horistas e mensalistas, trabalhadores terceirizados, profissões novas etc;

Inovações tecnológicas e gerenciais: renovação tecnológica, robôs, computadores, máquinas informatizadas, “trabalho polivalente”, as consequências das mudanças, sistemas de produção, produtividade etc;

O discurso patronal e as formas de ganhar a consciência dos trabalhadores, os meios de comunicação que utiliza, a polêmica que trava com o Sindicato etc;

Atuação do Sindicato junto à base: visão sindical que predomina, a condução das lutas, a ligação com comissões de fábrica e CIPA, participação dos trabalhadores nas assembléias, a imagem que os trabalhadores têm do Sindicato, os meios de comunicação (jornal,

boletim, revista) que utilizam etc;

Consciência e organização dos trabalhadores: greves na empresa e seus motivos, atuação da comissão de fábrica e da CIPA, outros tipos de organização na fábrica (cooperativa, clube e etc), influência dos partidos políticos, organização partidária, cursos etc.

A atividade faz parte do esforço do Partido em conhecer melhor o nosso proletariado e tornar claro para o conjunto da militância a natureza de classe do Partido e combater visões de que o proletariado (e, como núcleo, a classe operária) já não teria mais papel decisivo a jogar na luta pela transformação da sociedade e nem centralidade na luta de classes.

Os relatos dos companheiros sobre a realidade dentro das fábricas evidenciam que a burguesia industrial jamais se descuidou da relação antagonista que tem com o operariado e suas lideranças, perseguindo de forma sutil ou mais

aberta os mais combativos classistas ou tentando (e conseguindo, muitas vezes) todas as formas de cooptação dos representantes mais vacilantes dentro do movimento operário. Impossível transmitir nesse pequeno relato toda a riqueza das falas dos camaradas, que usaram em média 15 minutos em cada intervenção, ouvidos com muita atenção pelos presentes. Pode-se afirmar que a relativa liberdade na sociedade não existe para o verdadeiro produtor da riqueza material no interior das fábricas.

O questionário respondido pelos companheiros de São Paulo pode ser pedido à Secretaria Sindical: sindical@pcdobsp.org.br

Essa pesquisa é inspirada na célebre enquete elaborada por Karl Marx em 1880 para os operários franceses, que também está à disposição dos interessados.

*da Comissão Sindical/SP



Edição especial da Debate Sindical

Em defesa do trabalho e dos sindicatos é o tema da edição especial da Debate Sindical dedicada à ofensiva governamental contra a legislação trabalhista e a unidade sindical.

Presente há 15 anos no cenário editorial, Debate Sindical é a única publicação brasileira especializada no estudo do sindicalismo nacional e internacional. A cada número, novas questões concretas e teóricas são exploradas, discutidas e apresentadas de forma aberta e abrangente.

A publicação aborda os temas mais candentes da atualidade, municiando os sindicalistas (e os trabalhadores em geral) com o embasamento factual e científico necessário ao entendimento e à ação combativa. Também abre espaço para um debate sério entre as diversas correntes do movimento sindical, refletindo a conjuntura e as tendências das lideranças da esquerda brasileira.

Debate Sindical tem periodicidade trimestral, é editada pelo Centro de Estudos Sindicais (CES) e tem grande circulação nos vários setores do movimento sindical.

Os pedidos de assinatura podem ser efetuados ao Centro de Estudos Sindicais, rua Monsenhor Pasalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, Cep 01323-010, Fone/fax: (11) 289-1496, e-mail ces@ces.org.br.

A assinatura dá direito a quatro edições, além de um brinde especial: o livro “Administração sindical em tempos de crise”, cuja edição é uma homenagem ao Seminário Nacional que reuniu estudiosos e sindicalistas de distintas correntes de pensamentos.

MOVIMENTO

CPI investiga escravidão no Pará

A deputada Sandra Batista (PCdoB) requereu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do Pará para investigar a prática de trabalho escravo nas fazendas do Estado, o uso de milícias particulares por fazendeiros e a ação das Polícias Civil e Militar no combate à violência no campo.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Interamericanos (OEA) já havia feito a denúncia de "existência de uma situação real de temor da população e das autoridades e de impotência em face da impunidade". Ademais, a OEA afirma que tal situação "é atribuível à inação, à negligência e à incapacidade do sistema policial e judicial às óbvias conexões entre delinquentes e intimidação dos di-

ferentes poderes e, além disso, à própria intimidação que estas sofrem".

A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB/PA) destacou a viagem que integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal fizeram ao sul do Pará para verificar denúncias de violência e o clima de "terror" instalado na região pelos grandes latifundiários. A comissão averiguou a denúncia da existência de uma lista dos chamados "marcados para morrer", na maioria lideranças de trabalhadores rurais.

Naquela região, informou, os grandes proprietários instituíram a "pistolagem pseudolegalizada", por meio das chamadas milícias privadas. A deputada contou que o gerente de uma dessas fazendas, a de Ângelo Calmon de Sá, foi para-

do pela Polícia de Marabá com o carro abarrotado de armas pesadas, inclusive fuzis, e com carteira falsa, tendo sido conduzido à delegacia e liberado em seguida, por ter influência junto às altas autoridades locais. Socorro Gomes pediu ao Ministério Público para que acompanhe esses casos e os processos já em andamento.

Socorro também enviou carta ao Tribunal de Justiça do Pará diante da possibilidade de desafamento do processo envolvendo os mandantes do assassinato de João Canuto, dirigente sindical e membro do PCdoB, onde afirma: "Embora tenham acontecido mais de 700 assassinatos de trabalhadores rurais ou outras lideranças ligadas à luta pela Reforma Agrária no Pará nos últimos trinta anos, apenas um mandante foi preso; a

decisão da Justiça sobre o caso é aguardada com enorme expectativa pelos familiares de João Canuto, pelos defensores da reforma agrária, pela opinião pública nacional e internacional, bem como por esta Casa onde represento o nosso Estado; o clima de violência nas regiões Sul e Sudeste continua, inclusive motivando a realização de Diligências e Audiências Públicas da Câmara dos Deputados em conjunto com o Ministério da Justiça em Marabá e Altamira. As denúncias de formação de milícias privadas, assassinatos seletivos, listas de marcados para morrer estão sendo objeto de investigação da Polícia Federal, bem como a postura parcial e violenta da Polícia Militar na região. Só neste ano oito trabalhadores foram assassinados, centenas foram presos

ou vítimas de atos de violência; Redenção, cidade cogitada para receber o julgamento, assim como Rio Maria, faz parte da região onde este clima é vivido, tendo grande influência de fazendeiros latifundiários, envolvidos em denúncias de violência, assassinatos e até trabalho escravo. A possibilidade do julgamento acontecer nesta cidade é extremamente preocupante e certamente comprometeria a necessária imparcialidade e isenção da Justiça na apreciação do caso."

Com base nesses argumentos Socorro solicita que o julgamento ocorra em Belém, "longe do palco dos conflitos, correspondendo ao desejo da sociedade de ver acontecer um momento importante de aplicação da Justiça e de combate à impunidade".

Uma greve para a História

FELIPE MAIA E
DANILO MOREIRA*

A luta em defesa das universidades federais é uma demonstração inequívoca da importância social destas instituições e da capacidade de organização e luta da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior (Andes). A greve ainda conta com a simpatia da Andifes, a associação dos reitores.

Até a conclusão deste texto o desfecho da greve era imprevisível, apesar do imenso desgaste do governo e da justeza das reivindicações de professores, estudantes e técnicos administrativos. O caminho apontado era totalmente oposto a qualquer tipo de saída negociada. Todas as iniciativas do governo vinham no sentido de tentar encurralar os professores e impor a sua opinião como única saída para a greve, utilizando de todos os recursos autoritários que estivessem ao seu alcance, desde a edição de Medidas Provisórias até a ameaça de multa de 50 mil reais por dia aos sindicatos.

O governo anunciou dia 13 de novembro o seu "pacote antigreve", uma série de medidas que incluem demissões em massa (mudança na lei de greve), concentração nas mãos do presidente da República da liberação de salários dos funcionários públicos e possibilidade de contratar trabalhadores temporários para substituir grevistas. O pacote recebeu críticas até da base governista no Congresso Nacional. São medidas de força, atos de exceção que ferem a Constituição, o direito de greve e concentram superpoderes nas mãos do Executivo. Ou seja, têm uma forte marca de ditadura.

A origem da greve

Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato seguem à risca a cartilha do FMI e Banco Mundial para a educação. Promovem o desmonte da educação pública, o esvaziamento das universidades federais e patrocinam o crescimento desenfreado do ensino pago.

Nas universidades públicas, em especial, prevalece uma política que tenta adequá-las à lógica do merca-



Marcha pela educação no DF
do, em detrimento de uma visão que privilegie a sua importância estratégica para o desenvolvimento soberano do país. Respeito à autonomia universitária, investimento em ciência e tecnologia, valorização dos recursos humanos, qualidade de ensino e investimento em projetos de extensão passam ao largo de qualquer preocupação do MEC.

A crise das universidades federais é multilateral e se expressa na necessidade da contratação de 8 mil professores e 20 mil técnicos administrativos, na insuficiência de recursos para o pagamento de despesas básicas como luz, água, limpeza e vigilância, na ameaça de extinção do Regime Jurídico Único e de programas de iniciação científica como o PET (Programa Especial de Treinamento), e na inexistência de verbas para assistência estudantil.

A participação dos estudantes

Os estudantes têm contribuído decisivamente com a greve em todos os momentos de embate contra o governo federal e conquistado apoio da sociedade em defesa da universidade pública. É corrente a opinião de que este governo tem tratado muito mal as universidades federais.

Pela primeira vez pôde se ver com nitidez a participação dos estudantes, liderados pela UNE. Através das manifestações de rua e de bandeiras próprias como por exemplo a aprovação do Plano Emergencial para as Universidades Federais, os estudantes se fizeram respeitar enquanto movimento autônomo e ao mesmo tempo comprometido com a unidade com os professores e técnicos administrativos.

*presidente e diretor da UNE

Na Ubes, a gente faz um país!

FÁBIO PALÁCIO*

A politização e a combatividade foram as marcas da Etapa Nacional do 34º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), ocorrida de 14 a 18 de novembro em Uberlândia (MG) com a participação de quase 2 mil estudantes, sendo 1246 delegados representando milhares de escolas de todo o país. A grande diversidade de opiniões presentes não representou obstáculo para a afirmação de um amplo consenso antiimperialista e antineoliberal. O Congresso foi unânime na condenação do governo de destruição nacional de FHC, e aprovou por consenso resoluções contra a Alca, o Plano Colômbia e a guerra imperialista de George W. Bush. A mobilização pacifista dos povos do mundo foi amplamente debatida, em particular no ato contra a guerra e pela paz, realizado no segundo dia do encontro.

Os grupos de discussão contaram com a presença de personalidades de destaque no meio político como os prefeitos de Belém, Edmilson Rodrigues (PT); de Goiânia, Pedro Wilson (PT); e de Uberlândia, Zaire Resende (PMDB), além de outras do meio educacional e cultural. Estiveram presentes ainda a deputada Socorro Gomes (PCdoB/PA) e José Reinaldo Carvalho, do Comitê Central do PCdoB.

Os grupos registraram debates acalorados sobre diversos temas educacionais, da conjuntura e do movimento estudantil. Em todos eles tomava a frente a militância do movimento A gente faz um País! (UJS e independentes), 58% dos delegados presentes em Uberlândia, que de forma aguerrida combatia propostas estreitas e incoerentes defendendo a escola pública e o fortalecimento político e orgânico do movimento estudantil.

A Plenária Final do Congresso começou logo após o ato em comemoração aos 20 anos de reconstrução da Ubes – que contou com o emocionante depoimento de vários ex-presidentes da entidade. Todas as propostas defendidas pelo movimento A gente faz um país! – em aliança com outras correntes – foram aprovadas.

Foi aprovada a constituição de ampla frente nacional, democrática e popular, com uma plataforma



Plenária do Congresso da Ubes

unitária de conteúdo nitidamente antineoliberal para as eleições de 2002. A entidade realizará debates nas escolas para a construção de propostas a serem entregues a todos os candidatos de oposição.

A Ubes defenderá a universalização do ensino básico – medida prevista na Constituição Federal de 88 – com mais investimento público (no mínimo 7% do PIB para a educação); a regulamentação do ensino privado com a instituição de mecanismos de controle social, e a reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes de escolas públicas, bandeira que visa democratizar o acesso ao ensino superior valorizando a escola pública e de qualidade. Essa proposta já foi aprovada no Rio de Janeiro graças ao empenho intensivo da Ubes.

Foi aprovada a proposta que exige a revogação da MP 2208/01 – que pulveriza as carteiras de identificação estudantil, atacando a meia-entrada e a autonomia do movimento – e a aprovação de proposta de lei federal de meia-entrada consensualmente ratificada nas executivas da UNE e da Ubes. A proposta de lei federal deve ser apresentada ao Congresso Nacional pela Frente Parlamentar em Defesa do Movimento Estudantil, que já conta com mais de 300 parlamentares signatários. Foi aprovada a continuidade e o aprimoramento institucional das Etapas Estaduais do Congresso da Ubes, que vêm contribuindo para o fortalecimento político e para o enraizamento do movimento estudantil secundarista.

Sete chapas concorrem a diretoria da entidade. A chapa do movimento A gente faz um país! reuniu os movimentos Até quando? (Articulação Estudantil, do PT), Legião (do PPS), Frente (do PDT), Livre pensar, livre viver (Juventude do PPS), Educação e

trabalho (do Movimento da Juventude Trabalhista, setor do PTB que faz oposição a FHC), Juventude em movimento (da tendência Movimento PT) e independentes. Com 900 votos (73% do Congresso), a chapa elegeu o novo presidente da entidade, Igor Bruno, estudante da zona oeste do Rio de Janeiro e ex-presidente da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro.

A UJS no Congresso

Por trás da vitalidade e da imensa politização dos debates do Congresso estava quase sempre a marca inconfundível da União da Juventude Socialista. A concepção de movimento democrático, plural, representativo, apartidário, politizado e combativo defendida pela UJS é hoje cada vez mais inquestionável nos fóruns estudantis. Também o caráter unitário das entidades já não sofre qualquer contestação senão por parte de correntes de direita, com pouca representatividade. Força amplamente influente no movimento estudantil (tanto secundarista quanto universitário), a UJS impôs nova derrota acachapante à miríade de grupelhos sectários presentes ao Congresso.

Também as concepções autonomistas – que opõem a espontaneidade ao caráter consciente e organizado do movimento – não comparecem no Congresso da UBES com o mesmo peso com que vicejam nas páginas dos grandes jornais. Essas concepções, de fundo liberal, são hoje apropriadas por setores das elites e pela mídia na tentativa de despolitizar e desorganizar os setores mais combativos do movimento de massas.

A meta traçada pela Direção Nacional da UJS de filiar os independentes do movimento A gente faz um país! foi inteiramente bem-sucedida. Cerca de 400 fichas de filiação e memórias preenchidas.

*da direção nacional da UJS.

INTERNACIONAL

Rejeição unânime da Alca no Encontro de Havana

MIGUEL URBANO RODRIGUES

De 13 a 16 de Novembro, em Havana, 800 delegados de 34 países, representando movimentos sociais, organizações sindicais, camponesas, estudantis, religiosas e de indígenas, bem como parlamentares, intelectuais e grupos de defesa dos direitos humanos, reuniram-se no Encontro Hemisférico de Luta contra a chamada Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A declaração final, aprovada por aclamação após quatro dias de debates, tornou transparente a unanimidade do repúdio a um projeto imperial, definido como recolonizador, que ameaça a soberania dos povos da América Latina e do Caribe.

O Plano de Ação integrado no Consenso de Havana sintetiza em 13 pontos a determinação de mobilizar os povos para o combate permanente e eficaz contra a Alca.

Fidel Castro, ao encerrar o Encontro numa atmosfera de entusiasmo e confiança, sublinhou que raras vezes em iniciativas similares o debate coletivo de grandes problemas do Continente atingiu tamanha profundidade, com intervenções de uma riqueza e seriedade incomuns.

O cubano Osvaldo Martinez, diretor do Centro de Investigações da Economia Mundial, procedeu logo na abertura, a uma desmontagem dos mecanismos do ambicioso plano estratégico do EUA que, a se concretizar, faria da América Latina uma gigantesca colônia de novo tipo, totalmente colocada ao serviço dos interesses das transnacionais norte-americanas. O caminho a seguir é o da integração da

América Latina na perspectiva esboçada por Bolívar e Martí.

Uma massa impressionante de informações muito diversificadas foi apresentada em mais de uma centena de intervenções. As análises histórica, sociológica e econômica foram o complemento do discurso político que visa conscientizar os povos da tremenda ameaça configurada pela Alca e da necessidade de criar condições para um combate eficaz ao projeto concebido em Washington.

A agressividade dos EUA contra os povos do chamado triângulo radical – Equador (massas indígenas), Colômbia (guerrilhas) e Venezuela (desafio bolivariano de Chavez) – é esclarecedora do temor de que as lutas na região destruam o mito da hegemonia perpétua do império norte-americano.

Foi posta ênfase para iluminar aspectos da estratégia de dominação planetária de Washington no tocante aos objetivos e ao funcionamento da Organização Mundial do Comércio (OMC), hegemonizada pelos EUA. Segundo Fidel, como instrumento da imposição das devastadoras políticas neoliberais ao conjunto dos países subdesenvolvidos, a OMC permite avaliar o que seria a Alca como colônia de novo tipo do gigante do Norte.

Plano de ação

O Plano de Ação incluído na Declaração Final contém 13 pontos. O texto expressa o consenso possível numa reunião em que os participantes tinham como deno-



Fidel com uma delegação do Encontro: reforço ao Fórum Social Mundial

minador comum o repúdio à Alca, mas deixa naturalmente transparecer multiplicidade das opções ideológicas e das origens sociais e formações culturais dos participantes.

Entre as iniciativas imediatas a serem levadas adiante figuram as seguintes:

Mobilizar os povos, organizações e movimentos sociais nos momentos em que se efetuam as reuniões dos grupos de negociação. Nesse sentido estão previstas grandes manifestações de protesto em Quito e Buenos Aires, quando ali se reunirem os presidentes para discutir a agenda e o calendário da Alca.

Preparar o processo de consultas populares e o plebiscito sobre a Alca como forma de cons-

cientizar e mobilizar os povos e pressionar os governos.

Promover jornadas de luta contra a Alca, continentais, regionais, nacionais e setoriais.

Denunciar e condenar os enormes perigos de uma antecipação dos prazos para implantação da Alca, adiada para 2005 por oposição do Brasil e da Venezuela à data de 2003, defendida pelos EUA.

Apoiar o trabalho para alargamento das redes setoriais da Aliança Social Continental como um elemento básico para aplicação do Plano de Ação aprovado.

Participar ativamente na preparação do Segundo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

Realizar o I Encontro Hemis-

férico de Luta contra a Alca e divulgar amplamente as resoluções adotadas no primeiro Encontro.

A intervenção de Fidel confirmou, pelo ambiente que a envolveu, que na América Latina as forças progressistas se mobilizam para organizar a luta dos movimentos sociais em defesa da sua soberania e identidade cultural, dos seus recursos naturais e do direito a construir o próprio futuro. Não obstante as políticas neoliberais de caráter repressivo aplicadas por Washington, a combatividade dos povos aumenta em todo o Continente.

*jornalista, membro do PC Português

Plano Colômbia é intervenção dos EUA

ÁLVARO ANGARITA*

Voz: Como se observa a realidade colombiana no Brasil?

Haroldo Lima: Com muita preocupação. No Brasil, pensamos que o imperialismo norte-americano pretende implantar o denominado Plano Colômbia, que é um projeto norte-americano, uma agressão à soberania colombiana e de nenhuma forma um plano para resolver o problema da paz. É uma imposição, um plano de guerra que não envolve somente a Colômbia, mas também os países vizinhos, Equador, Venezuela, Peru, Panamá e o nosso Brasil, aos quais eles querem induzir.

Voz: Existe a possibilidade de que Brasil se envolva em uma intervenção contra a Colômbia, coordenada pelos Estados Unidos?

Haroldo: Difícil, porque a situação atual no Brasil é uma situação mutável, sobretudo na esquerda. A esquerda cresce no Brasil, a oposição também está crescendo. O governo de Fernando Henrique Cardoso é um

governo neoliberal que está terminando e está muito desprestigiado. Hoje, não teria forças para opinar, para levar a posição do Brasil ao lado da posição norte-americana, para lhe dar respaldo a uma intervenção na Colômbia. Nas eleições que ocorrerão no Brasil, tudo indica que a oposição antineoliberal poderá ganhar a Presidência da República. Nós acreditamos que a mudança da situação no Brasil contribuirá intensamente para alterar a situação na América do Sul.

Voz: Que leitura fazem os dirigentes de esquerda sobre o processo de paz na Colômbia?

Haroldo: Vemos com preocupação esse processo. Parece-nos que a saída colombiana é uma saída política negociada de não ingerência nos assuntos internos por parte de nenhuma potência, sobretudo dos Estados Unidos. Vemos positiva a articulação de manifestações como a representada pelos países amigos e grupos mediadores para tirar da estagnação e das dificuldades a busca da paz. Isso é muito diferente do chamado Plano Colômbia,

que busca impor uma chamada paz, que não será a paz, mas sim uma intimidação e uma derrota para o povo colombiano.

Voz: Que alternativa resta aos governantes na Colômbia?

Haroldo: Os governantes colombianos deveriam se livrar da influência norte-americana. Os estadunidenses não têm porque servirem de mediadores na América Latina. Quem têm de mediar são os países vizinhos, seus partidos políticos, os representantes do povo latino-americano. Todos que estejam interessados em buscar soluções reais de paz. As organizações colombianas e os partidos que trabalham pela paz deveriam insistir nessa mediação positiva.

*O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA), do Comitê Central, participou do Encontro Internacional Vozes do Mundo, promovido pela Universidade Nacional da Colômbia. Trechos da entrevista ao jornal Voz, do Partido Comunista Colombiano

Terrorismo da Unita é condenado pelo Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, no final de uma reunião sobre Angola realizada em Nova Iorque, condenou os ataques terroristas da Unita contra a população civil do país. Um documento do órgão, a Declaração da Presidência do Conselho de Segurança, ressalta que os ataques perpetrados pelos rebeldes da Unita são inaceitáveis e injustificáveis por quaisquer metas políticas.

Segundo esse documento, "o Conselho de Segurança está empenhado em continuar a aplicação das sanções à Unita, até ficar convencido de que aquela organização terrorista está cumprindo com as suas obrigações". O teor de seu texto estimula o governo de Angola a promover o processo de paz e, neste sentido, aplaude as suas iniciativas, da sociedade civil, das igrejas e do povo angolano. Diz, ainda, que o Conselho de Segurança está seriamente preocupado com as dificuldades sociais da população e, com o fim de aliviar o sofrimento, renovando o seu apelo à comunidade internacional para continuar a prestar a assistência humanitária.

Durante a reunião, um representante angolano do Interior, Fernando Dias dos Santos "Nando", defendeu a manutenção das sanções

contra a Unita belicista, cujos atos terroristas provocaram, ao longo dos anos, centenas de milhares de mortos e incalculáveis danos materiais em Angola. Tal manutenção deve prolongar-se até que o Conselho de Segurança das Nações Unidas fique convencido do fim irreversível da guerra. Esse Conselho apóia a intenção do governo angolano de realizar eleições presidenciais no próximo ano como parte do contínuo processo de democratização do país, em conformidade com os princípios e padrões democráticos aceitos universalmente.

Para o ministro angolano, as sanções restringem as alternativas disponíveis a Jonas Savimbi e o forçam a retomar o Protocolo de Lusaka, único instrumento válido para a solução do conflito em Angola. "Continuamos abertos a uma solução pacífica para o nosso conflito, com base no Protocolo de Lusaka. Este instrumento resultou de longas negociações e tem os elementos essenciais para trazer a paz para Angola". Segundo ele, as sanções impedem a organização terrorista de Jonas Savimbi de ter acesso a recursos necessários para a sua reorganização e continuam tentando tomar o poder pelas armas.

INTERNACIONAL

Uma vitória com sabor amargo

LUIS FERNANDES*

A tomada de Cabul por tropas da Aliança do Norte teve um sabor amargo para os estrategistas da guerra de retaliação norte-americana. A preocupação com as conseqüências da desarticulação do poder dos talibãs na capital do Afeganistão ofuscou a comemoração da vitória militar.

Ao invés de opor resistência ao avanço das forças opositoras sobre as principais cidades afegãs depois da perda de Mazar-i-Sharif, os talibãs optaram por uma retirada estratégica para preservar capacidade de resistência prolongada nas montanhas. O regime foi desarticulado e transformado em força guerrilheira com preservação de sua capacidade operacional.

O território não propício à ação de guerrilha foi abandonado praticamente sem resistência. Isto facilitou a entrada de um maior número de tropas dos EUA e aliados no teatro de operações, bem como o estabelecimento de bases militares.

Mas a guinada estratégica dos talibãs parece visar, justamente, atrair as forças americanas para um combate direto em condições topográficas e climáticas adversas, nas quais o profundo conhecimento do terreno pode anular o domínio aéreo ocidental. A própria natureza organizada da retirada das forças talibãs revela quão infundadas eram as alegações do governo Bush de haver destruído o seu comando operacional.

A estas complicações estratégicas somam-se complicações de ordem política e geopolítica. A entrada de Aliança do Norte em Cabul desrespeitou os acordos firmados entre os comandantes opositoristas e a liderança dos EUA, rompendo a difícil tentativa de costura de um poder alternativo de representação mais ampla. Para todos os efeitos, a entrega de Cabul às tropas da Aliança do Norte agravou as divisões no campo das forças opositoristas e constituiu um novo poder identificado com setores étnicos e religiosos minoritários no Afeganis-



Afegão morto por tropas pró-norte-americanas

tão – sem condições, portanto, de pacificar o país.

As condições para a montagem de um governo representativo de se-

tores mais amplos, são extremamente precárias, e o risco é do retorno ao quadro de guerra civil fragmentada que caracterizou a situação

no Afeganistão antes do triunfo dos Talibãs, em 1996.

O Paquistão, por sua vez, encara a composição deste novo poder como uma ameaça direta às suas fronteiras, dadas as suas estreitas ligações com adversários geopolíticos na região, como o Irã e a Rússia. Isto fragiliza ainda mais a situação política do presidente Pervez Musharraf, que enfrenta a oposição de setores cada vez mais amplos da sua população e das próprias forças armadas.

Em suma, nas condições em que ocorreu, a tomada de Cabul pode acarretar a intensificação da guerra civil no Afeganistão e da instabilidade política na região. Os EUA podem estar se atolando ainda mais no envolvimento militar direto em um conflito prolongado e de difícil resolução. Será o travo de uma vitória de Pirro?

*do Comitê Central do PCdoB, professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ

EUA contra os povos: Princípios analisa a guerra imperialista

A *Princípios* 63 tem capa dedicada à análise dos múltiplos fatores que envolvem a ação guerreira dos Estados Unidos que ameaça a humanidade. Com textos de José Reinaldo Carvalho, Haroldo Lima e Lejeune Mato Grosso, e uma entrevista com o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues, a revista demonstra que a guerra norte-americana é parte da atual estratégia geopolítica imperialista e tende a se confrontar com a maioria dos povos. Os detentores do poder estadunidense são os bárbaros modernos e procuram impor ao mundo sua ordem neofascista.

A revista publica também, de autoria do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, uma retrospectiva da economia norte-americana desde o final da II Guerra para explicar as bases da atual trajetória recessiva da potência – centro da crise do capitalismo mundial.

Ao abordar a situação nacio-

nal, Renato Rabelo demonstra que o Brasil precisa de um ciclo de desenvolvimento e progresso social: “o país vive o esgotamento de uma fase de aplicação da política neoliberal. O conto mirabolante de que bastaria a abertura e o fluxo de capital privado estrangeiro para elevar a produtividade, propiciar a diversificação da atividade econômica e produzir os investimentos suficientes (...) revelou-se uma fantasia.” Para Rabelo, o país necessita romper com essa política e implementar um projeto de reconstrução nacional.

A edição traz ainda um texto sobre a Base de Alcântara (da professora Marize Campos) e dois sobre a história do Partido Comunista do Brasil (José Carlos Ruy e Diorge Konrad). *Princípios* inicia uma seqüência de debate sobre o tema do proletariado (conceito, polêmicas e questões atuais), com artigos de Nereide Saviani (coordenadora do semi-



nário nacional sobre o proletariado) e Dilermando Toni; e subsidiava as discussões decorrentes da conferência nacional de ciência, tecnologia e inovação – Fábio Palácio expõe os planos do governo para “blindar” esse setor e Beatriz Couto analisa as mudanças nas relações de produção nas universidades.

Presença estrangeira prestigia o 10º Congresso

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

O 10º Congresso do PCdoB receberá mais de 50 representações internacionais, entre delegações de partidos irmãos, embaixadas e consulados de países amigos. É motivo de orgulho para todos os comunistas brasileiros. A presença de delegações estrangeiras em nossos congressos tem grande significado. Desde o 7º Congresso quando, com a legalidade do Partido, pudemos receber camaradas de outros países e o número de delegações estrangeiras vem aumentando progressivamente.

A participação de delegados estrangeiros em nossos congressos é uma manifestação de solidariedade recíproca, um gesto solidário com as lutas do povo brasileiro, assim como faz parte da atividade internacionalista do Partido compartilhar os momentos al-

tos da vida orgânica com os partidos irmãos.

O acompanhamento dos trabalhos do 10º Congresso por forças políticas marcantes da arena internacional é um sinal do prestígio e da influência do nosso Partido. É também fator importante para a educação política e ideológica dos militantes e quadros, particularmente dos delegados à plenária final do Congresso. Ajuda a formar a consciência socialista e a dar a cada delegado um panorama do movimento comunista e revolucionário internacional.

O estreitamento dos laços de amizade e a busca de ação comum dos comunistas brasileiros com os nossos camaradas de todo o mundo é um compromisso que remonta à fundação do Partido, em 1922.

*secretário de Relações Internacionais do PCdoB

Protesto contra a guerra em Diadema

Um público de cerca de 400 pessoas se aglomerou no anfiteatro da Fundação Florestan Fernandes em Diadema (SP) para participar de um ato-debate sobre a guerra dos EUA contra o Afeganistão, promovido pelas direções municipais do PCdoB, PT, PSTU e de mais de uma dezena de entidades sindicais e populares da região do ABC paulista. Fizeram uso da palavra José Reinaldo Carvalho (PCdoB), Walter Pomar (PT), Valério Arcari (PSTU) e o Sheik Jihad H. Hammadeh, representante da comunidade muçulmana, vice-presidente da Assembléia Mundial da Juventude Islâmica. Todos denunciaram o caráter imperialista e agressivo dos bombardeios anglo-americanos no Afeganistão.

O representante do PCdoB afirmou, entre outras coisas, que o objetivo da operação não é apenas a captura de Osama bin Laden e a derrubada do regime talibã, mas a conquista de objetivos estratégicos relacionados na Ásia Central com o

expansionismo e o hegemonismo dos EUA sobre todo o planeta. O secretário de Relações Internacionais do Partido referiu-se ainda às duras conseqüências da guerra para os povos: “A partir dos ataques ao Afeganistão e da proclamação da guerra longa e dura por George W. Bush, o mundo viverá um processo de militarização das relações internacionais, o que trará sérias conseqüências para os povos – limitação de direitos democráticos, crises sociais, perda de soberania nacional. A imposição da hegemonia norte-americana só se poderá consumir deixando atrás de si um rastro de horrores e crimes de lesa-humanidade. Somente através de um novo tipo de fascismo e do uso de uma política externa agressiva os Estados Unidos poderão garantir seu domínio e a emergência do que constitui um pronunciamento de todos os presentes pela paz e contra a guerra imperialista.

Promoção Princípios - Faça a assinatura bianual por apenas R\$ 55,00 e ganhe uma linda camiseta bordada (válida até 30/12)

CUPOM DE ASSINATURA

Opção:

- () Assinatura bianual (8 edições) a partir do número.....R\$ 55,00
 () Assinatura anual (4 edições) a partir do número.....R\$ 30,00
 () Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do número..... R\$ 45,00

Nome

Endereço

Bairro

CEP

Cidade Estado.....

Fone

Profissão

E-mail

Forma de pagamento

- () Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Garibaldi. Valor R\$.....
 () Depósito em conta: Banco Itaú, agência 0251, conta corrente 48.678-3 (favor enviar comprovante do depósito)
 () Cartão Credicard ou Visa n.º..... validade/...../.....

R. Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista – CEP 01323-010 – São Paulo/SP
 Telefax: (0.....11) 3266-4312 Correio eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br

Sol vermelho do Araguaia

Luiz Carlos Antero

Ode aos técnicos, familiares, jornalistas,
deputados, dirigentes e assessores que
revisitaram o Araguaia em outubro de 2001

Sob as brumas do teu tempo
Trinta anos percorridos
A mata esmaecida
Guarda segredos de luta
Epopéia da História

No Araguaia o sol se põe vermelho
Em chamas, depois tição

Mas, nem brocas e queimadas
Pavor e destruição
Terror e devastação
Sufocaram a beleza
Deste sonho em remissão

No Araguaia o sol se põe vermelho
Em chamas, depois tição

Aceso, acorda o guerrilheiro
Da tumba, sua nação
Se ergue, ágil, em ação,
Desperto, fecunda a terra
Resolve, de pé, alerta, o enigma
da traição

No Araguaia o sol se põe vermelho
Em chamas, depois tição

Das brumas renascem as vidas
De outros bravos que chegam:
A História não foi em vão
E brotam, de crenças diversas
Certeza, força e renovação

No Araguaia o sol se põe vermelho
Em chamas, depois tição

Faveira, Caianos e Gameleira
Palestina, Apinajés e Araguatins
Marabá, São Domingos, Xambioá
“Chega com Jeito” que a vida é longa
Pois é semente da luta, escavar
e libertar

No Araguaia o sol se põe vermelho
Em chamas, depois tição

Nós viemos ver de perto
Abrir as cortinas do tempo
Resgatar o sonho vivido
Lançar - sobre o tormento
O espantoso clarão

No Araguaia o sol se põe vermelho
Depois, vira tição

Da rotina surda e sã
Nos retira o guerrilheiro
Pede esforço, dedicação
Clama (“luz!”) da fria cova
Que a besta fera lhe impôs

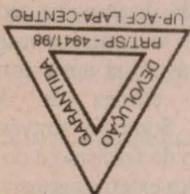
No Araguaia o sol se põe vermelho
Depois, vira tição

De olho na nova certeza
Neste solo ficaremos
Declarando ao guerrilheiro:
“Na luta repousarás
E sob o sol vermelho
Rubro como tição
Livre, liberto, estarás”

No Araguaia o sol se põe vermelho
Depois, vira tição

Sob a glória dos tombados
Sob a nossa emoção

(em Xambioá, outubro de 2001)



IMPRESSO



CDM
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Fone: (11) 5041-4140
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

